



Andreia Patrícia Oliveira da Silva

# O Serviço Público na delegação da RTP - Coimbra

## Da teoria à prática

Relatório de Estágio de Mestrado em Comunicação e  
Jornalismo, orientada pelo Doutor Carlos Camponez,  
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de  
Coimbra

2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

## O Serviço Público na delegação da RTP – Coimbra

### Da teoria à prática

#### Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de estágio</b>
<b>Título</b>	<b>O Serviço Público na delegação da RTP – Coimbra Da teoria à prática</b>
<b>Autor</b>	<b>Andreia Patrícia Oliveira da Silva</b>
<b>Orientador</b>	<b>Doutor Carlos Camponez</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Isabel Nobre Vargues</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Sílvio Santos</b> <b>2. Doutor Carlos Camponez</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Comunicação e Jornalismo</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>26-9-2013</b>
<b>Classificação</b>	<b>16 valores</b>



*Aos meus pais por todo o esforço realizado para eu concluir esta  
etapa,*

*Ao meu irmão pela ajuda e paciência,*

*Aos meus amigos Bruno Araújo e Sara Quelhas pelo auxílio, pela  
força, carinho e amizade.*

## ***Resumo***

O presente relatório é realizado tendo por base a minha experiência na Delegação Regional da RTP-Coimbra nomeadamente teve por base as seguintes perguntas de referência: A RTP cumpre, na atualidade, a sua função de serviço público? A atual conjuntura económica do país, afeta a prática de serviço público? Sendo uma estrutura regional, qual é o seu contributo para o serviço público?

Para tentar responder a estas perguntas, teve-se por base a experiência de estágio e a pesquisa sobre a investigação realizada em torno do conceito de serviço público. Neste sentido, analisa-se a história do serviço público no mundo e em Portugal, na rádio e na televisão, bem como a sua evolução até aos dias de hoje. Seguidamente, numa parte prática, faz-se o confronto entre a noção de serviço público e aquilo que foi a experiência de um estágio curricular na Delegação Regional da RTP-Coimbra.

**Palavras-chave:** Serviço Público; Proximidade; Rádio; Televisão, Poder.

## ***Abstract***

This report is based on my experience in the Regional Delegation of the RTP-Coimbra in particular was based on the following questions: RTP is, in actuality, its public service function? The current economic situation of the country, affects the practice of public service? Being a regional structure, which is its contribution to the public service?

To try to answer these questions, were based on the experience of training and research on research undertaken around the concept of public service. In this sense, the history of public service in the world and in Portugal, in radio and television, as well as its evolution to the present day. Then, in practice, it is the clash between the concept of a public service and what was the experience of a curricular internship in RTP-Regional Delegation.

**Key - words:** Public Service, Power, Television, Radio, Proximity.

# Índice

Introdução .....	8
------------------	---

## Parte I

<b>1- Serviço Público .....</b>	<b>11</b>
1.1- Mas afinal o que é o Serviço Público .....	11
1.2- Serviço Público - História.....	14
1.2.1- Serviço Público na Rádio: História	
Do monopólio estatal à era digital .....	14
1.2.1.1- Serviço Público na Rádio em Portugal: História .....	17
1.2.2- Serviço Público na Televisão: História	
Do monopólio estatal à era digital .....	23
1.2.2.1- Serviço Público na Televisão em Portugal: História .....	24
1.3- Modelos americano e europeu .....	30
<b>2- Serviço Público em Portugal: especial atenção à RTP.....</b>	<b>33</b>
2.1- Há Serviço Público nas televisões hoje? .....	35
2.2- Que futuro para a televisão pública? .....	41
<b>3- Serviço Público de Rádio em Portugal .....</b>	<b>43</b>

## Parte II

<b>4- O estágio na Delegação Regional de Coimbra .....</b>	<b>50</b>
4.1- Principais aprendizagens .....	52
4.2- Estrutura da Delegação Regional de Coimbra.....	57

4.3- Importância das estruturas regionais .....	57
4.4- O Portugal em Direto.....	60
4.5- A importância da RDP e a RTP Internacional.....	62
<b>5- Da experiência da prática à sua discussão: caminhos do Serviço Público na Delegação Regional da RTP de Coimbra .....</b>	<b>64</b>
5.1- Fatores externos: a conjuntura económico-financeira e o Serviço Público .....	64
5.2- Fatores internos: mudanças estruturais.....	67
5.3- Condutas e novos desafios na rádio e na televisão pública .....	70
Conclusão .....	76
Bibliografia.....	80

## ***Introdução***

O que retirei da minha licenciatura de Jornalismo e do mestrado de Comunicação e Jornalismo, ambos realizados na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra foi, principalmente, que o jornalismo está na investigação, na procura pela notícia e pela informação, na veracidade das fontes, na verdade dos factos. Todo este processo implica a seleção e, conseqüentemente, a divulgação de ideias. Aprendi que a dinâmica teórica é intrínseca à prática, ou seja, sem a teoria que aprendi na universidade, a prática seria bem mais difícil. Este facto permitiu-me partir para o estágio mais preparada e um pouco mais segura, nomeadamente no que diz respeito ao processo noticioso e aos princípios a que devo obedecer enquanto jornalista.

Senti alguma diferença nestes dois ciclos. No mestrado a prática foi mais evidente. O estágio que realizei na delegação regional da RTP de Coimbra foi a prova de que nem tudo o que parece é. Ainda hoje os *medium* estão condicionados pelo poder económico e político, como irei analisar.

Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, exponho brevemente como nasceu o conceito de serviço público, destacando os principais aspetos e explicando um pouco a sua história no mundo e em Portugal. É uma parte de enquadramento teórico. Na segunda parte, debato, com base na minha experiência durante o estágio, aquilo que entendo por serviço público. Relato alguns aspetos importantes do meu estágio; debato, tendo em conta diversos conteúdos explicados, se há ou não serviço público na delegação regional da RTP de Coimbra e, conseqüentemente, na entidade principal. É uma discussão de ideias.

O jornalismo praticado na RTP de Coimbra vai ao encontro das minhas aprendizagens durante a licenciatura e o mestrado. Todavia, nalguns aspetos, também vai contra. Este é um aspeto que discuto neste trabalho.

O tema deste relatório centra-se na reflexão da questão de serviço público da RTP, pretendo analisar e discutir se existe ou não serviço público nesta instituição, mediante a minha experiência enquanto estagiária numa delegação regional. Neste contexto, está contida a minha observação sobre o poder da RTP a nível local, bem como algumas condicionantes que lhe são indiretamente e diretamente impostas, questionando a prática de serviço público.



É importante perceber o valor e o papel do *medium* a nível local. Numa sociedade em permanente mutação e cada vez mais globalizada, é imperativo que os profissionais de comunicação e jornalismo acompanhem esta evolução. Neste sentido, a nível regional, a atenção deve ser ainda maior. Foi este caminho que acompanhei na delegação regional da RTP de Coimbra.

Neste sentido, penso que seria uma mais valia reforçar a importância dos órgãos de comunicação social regionais, neste caso, a delegação da RTP de Coimbra. No jornalismo regional, os profissionais estão mais envolvidos com o que os rodeia. É “um jornalismo para as pessoas”, feito para ouvir essas pessoas, porque são elas que também proporcionam a continuidade daquele meio de comunicação. Se existissem apenas meios de comunicação de índole nacional, de certeza que muita informação passaria ao lado.

Mas será o serviço público praticado na estrutura regional de Coimbra? Este foi o ponto de partida para a realização deste relatório. Na sua essência e segundo vários autores mencionados neste relatório, o serviço público quer-se independente, livre de normas comerciais. Deve garantir o rigor, a qualidade, a diversidade e o pluralismo da informação. Deve prestar atenção aos grupos minoritários e à cultura, salvaguardando os ideais e valores dos mesmos. No fundo, o serviço público deve estar ao dispor da sociedade.

Tendo em conta a noção de serviço público, apliquei os seus elementos constituintes na minha experiência no estágio.

No que diz respeito à televisão, como menciona Eduardo Cintra Torres, “ (...) é um motor da economia. Dá emprego e mobiliza a criatividade de dezenas de milhares de pessoas em todo o mundo” (TORRES, 2011: 11). Além disso, sendo ela um instrumento de coesão social é impreterível que o serviço público seja praticado. Tem de se dar voz a todos, não só a forças dominantes como a grupos mais pequenos. Devem-se promover espaços de debate e discussão.

Também a rádio é importante neste contexto. Ela é um instrumento que permite acompanhar mais facilmente toda a atualidade noticiosa. Como refere Sílvio Santos, “ (...) a rádio é o único meio verdadeiramente universal” (SANTOS, 2013: 5). Mesmo com o avanço tecnológico, a rádio continua a ser um dos principais veículos de difusão da comunicação. Ela faz parte da vida de muitas pessoas. Em casa, no trabalho, a fazer desporto, no carro, entre outros momentos, pode-se ouvir rádio, quer seja através do meio mais tradicional ou do mais moderno, como o telemóvel, por exemplo. Neste sentido, a

rádio é um importante instrumento na perspectiva de serviço público, visto que acompanha e serve os cidadãos.

Vários são os fatores que dificultam o exercício do serviço público. Como pretendo salientar neste trabalho, o conceito de serviço público está longe de alcançar um consenso.

# PARTE I

## **1- Serviço Público**

“O meu conceito de serviço público é muito simples: serviço público é um serviço prestado por iniciativa do Estado e da sociedade civil que os privados por si não podem ou não querem prestar.”

Eduardo Cintra Torres

### **1.1 - Mas afinal o que é o Serviço Público?**

Foi no final da I Guerra Mundial que nasceu o conceito de serviço público, “ (...) no seio da doutrina francesa, sobretudo a partir do trabalho de Leon Duguit” (SANTOS, 2013: 9). O serviço público de rádio e televisão é tradicionalmente entendido como uma garantia de diversidade e pluralismo, onde existe uma informação independente e uma programação de qualidade. Cabe assim ao serviço público garantir a transmissão de programas e informação que sejam uma mais valia para todos os cidadãos.

Atualmente a discussão sobre o conceito de serviço público assenta na constante comparação entre o modelo privado e o público, tendo por base parâmetros como o financeiro, as audiências, os elevados custos e o controle político a que o modelo público ainda está sujeito.

Apesar da sua origem francesa, a noção de serviço público foi complementada com “ares ingleses”. Sendo uma referência mundial ainda nos dias de hoje, a BBC (*British Broadcasting Corporation*) nasceu como corporação em 1927 com uma tripla missão: informar, educar e divertir. Estes três princípios influenciaram e ainda continuam a persuadir o modo como se pratica serviço público nas rádios e televisões por todo o mundo, incluindo Portugal.

Por toda a Europa, o debate sobre o serviço público tem-se acentuado. É um assunto “na ordem do dia”, tanto a nível político como a nível jornalístico.

Recentemente foi noticiada uma crise na rádio e televisão pública na Grécia. O governo grego decretou o encerramento da emissora estatal grega cuja sigla é ERT, alegando “(...) falta de transparência e incrível esbanjamento” (RTP/LUSA: 2013) por parte da empresa de comunicação. A população grega tem-se manifestado diariamente frente às instalações da ERT. Este facto “acende” ainda mais a discussão sobre o conceito e a importância do serviço público. Esta decisão ocorre numa altura em que toda a Europa faz sacrifícios e está sujeita a medidas de austeridade, o que afeta naturalmente o modo como o serviço público é praticado. No entanto, neste caso em particular, os funcionários da ERT continuam, até hoje, a trabalhar de forma voluntária e os jornalistas a transmitir a emissão da televisão e rádio pública grega através da internet, em emissão online.

Retomando um pouco atrás, é importante ressaltar a importância da BBC na definição do conceito de serviço público. A televisão britânica é considerada na Europa Ocidental como um exemplo a seguir. A BBC acompanhou grandes acontecimentos históricos, como por exemplo a II Guerra Mundial, a Guerra do Vietname ou mesmo, mais tarde, a chegada do homem à Lua. Com grande impacto nos anos 40, dominados pela II Guerra Mundial, a BBC acompanhou os regimes de censura e de repressão à liberdade que por toda a Europa se faziam sentir.

Na Europa Ocidental, entre as décadas de 40 e 50, o modelo de serviço público era influenciado pelo governo, devido à censura implementada pelos vários poderes governativos durante a II Guerra Mundial. Assim, o serviço público era caracterizado por uma diversificação de programas com objetivos pedagógicos. O financiamento era garantido através de um imposto e o governo era quem o supervisionava. Era importante para o poder reforçar a coesão nacional e espalhar os seus ideais. Tal era feito através do serviço público de rádio e mais tarde de televisão.

Hoje, a noção de serviço público deve “promover o rigor naquilo que se transmite e afastar a informação da noção de mercadoria (...)” (LOPES, 1999: 84). Deve ter como objetivos (entre outros), instituir valores sociais, culturais e intelectuais no cidadão, centrando-se na ideia de bem comum. Ele deve contribuir para “(...) a defesa da cultura e do património, deve ser desafiador, respeitar minorias, incentivar a produção e acompanhar tecnologicamente os cidadãos” (SANTOS, 2013: 17). Deve ser respeitado como um serviço de “interesse geral”, que serve e salvaguarda todos os cidadãos.

O conceito de serviço público contém alguns (grandes) princípios básicos, entre os quais: a continuidade (assegurar continuidade e duração de serviços essenciais aos cidadãos); a mutabilidade (adaptando-se às mudanças da e na sociedade); a igualdade (chegar a todos os indivíduos, sem exclusão, dando a todos os mesmos direitos) e a neutralidade (ser independente, imparcial e não discriminatório). Valores como a simplicidade, a transparência e a participação são também importantes e complementam os princípios básicos do serviço público (LOPES, 1999: 45). Todos estes pressupostos têm um objetivo em comum: a inclusão de todos os cidadãos no funcionamento do serviço público.

Quando se fala de serviço público há que ter em conta dois aspectos: o que é suposto cada indivíduo fazer e o que os outros esperam que façamos. Deve ser individual e singular mas o empenho de todos deve contribuir para o bem geral.

Assim, o serviço público deve ser considerado um elemento importante na capacidade crítica e de intervenção dos cidadãos; uma garantia de pluralismo e de diversidade na programação de rádio e televisão; um suporte de confiança.

Entenda-se que neste trabalho não se está a falar do conceito de serviço público no sentido comum mas sim em termos formais. Numa lógica corrente, serviço público está ligado a um conjunto de serviços: transporte coletivo de passageiros, fornecimento de água, telefone, luz, gás, internet, entre outros, ou seja, todos os serviços que satisfaçam diretamente as necessidades de cada um e da comunidade em geral. Não é esta a noção que se pretende estudar, mas sim aquela que aspire a ser logicamente consistente e juridicamente prestante. Neste sentido, serviço público deve ser entendido como um serviço prestado por iniciativa do Estado e da sociedade civil e que os privados não podem (ou não querem) prestar. Assim, quando a comunidade presta um serviço, o Estado não precisa de o fazer. Ele deve verificar e orientar, mas não intervir.

Alguns autores portugueses mencionam algumas definições possíveis para serviço público. Arons de Carvalho, deputado da Assembleia da República e professor na Universidade Nova de Lisboa, defende que o serviço público deve desempenhar um papel de indiscutível importância a vários níveis. Para este autor, o serviço público deve ter em atenção a cultura, a sociedade, a economia e também a política. O serviço público só tem interesse se for plural, rigoroso, independente e se for ao encontro dos cidadãos (CARVALHO, 2009).

Adelino Gomes, ex-diretor de informação da RDP (Radiodifusão Portuguesa) e ex-provedor do ouvinte da mesma estação, defende que “o serviço público tem de ser

sinónimo de excelência porque decorre de um contrato do Estado com uma empresa para defender a cidadania” (*Apud* GOMES, 2011: 6). Para este autor, os contratos de serviço público têm de ser mais exigentes, devendo ser cumpridos, vigiados e avaliados.

Estrela Serrano, docente universitária e vogal do Conselho Regulador da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, refere que o serviço público deve “significar qualidade de informação e da programação, assim como proteção da cultura e da identidade e da língua nacionais, que são cruciais” (SERRANO, 2011: 6).

Como se pode verificar, o conceito de serviço público não tem uma definição unânime adotada por todos os autores. No entanto, algumas características coincidem: defesa da importância da qualidade, da cultura e da cidadania, bem como uma “boa relação” entre o povo e o Estado. Segundo as citações dos autores em cima mencionados, o serviço público desempenha um importante papel social e político, não só em Portugal como em todos os países onde é praticado. Ele tem de ser muito rigoroso, plural e independente, principalmente face às pressões políticas e comerciais a que está sujeito. Para isso, os contratos de serviço público devem ser cumpridos e respeitados. A prática de serviço público deve privilegiar uma informação rigorosa, independente, livre e plural; deve ser de todos e para todos, representando e salvaguardando os interesses dos mesmos. Em suma, para estes autores, o serviço público é uma espécie de “função social” de extrema importância que deve ser protegida.

## **1.2- Serviço Público: História**

Como já foi mencionado no capítulo anterior, a noção de serviço público surgiu no final da I Guerra Mundial, no seio da doutrina francesa. No entanto, a BBC foi a empresa que mais impulsionou o desenvolvimento deste conceito, primeiro na rádio, depois na televisão.

### **1.2.1- Serviço Público na Rádio: História**

#### **Do monopólio estatal à era digital**

A história da rádio não pode ser contada sem falar do desenvolvimento e da importância que esta teve nas duas grandes guerras mundiais. Se no início dos conflitos

de ambas as “grandes guerras” a rádio foi um importante instrumento militar, no final era um meio pelo qual o público estava “apaixonado”. As primeiras emissoras de rádio desenvolveram-se, de facto, após a I Guerra Mundial. Foi com o eclodir da I Guerra Mundial que a rádio se desenvolveu, em grande medida, como instrumento de comunicação militar. Os governantes europeus rapidamente se aperceberam das vantagens que a rádio poderia trazer e logo tentaram eternizar o poder sobre este meio de comunicação. A circulação da informação (vantajosa para o governo) era um fator crucial para o desenvolvimento comercial e industrial (CARVALHO, 2009: 16). A rádio era claramente uma arma (SANTOS, 2013: 38).

Durante todo o conflito, as ondas eletromagnéticas foram controladas pelo governo dos países em guerra. Só no início da década de 20 é que este facto mudou. O atraso no desenvolvimento da rádio devido à guerra foi compensado por inúmeros avanços, o que facilitou o crescimento da rádio no pós-guerra. Ela ganhou importância e espalhou-se por todo o mundo. Foi também nesta altura que o povo ganhou um especial interesse por este meio de comunicação.

Pode dizer-se que 1919 foi o ano da “Era da Rádio”. Foi neste ano que foi “ (...) criada a primeira grande empresa norte-americana de telecomunicações, a *Rádio Corporation of America (RCA)*, seguida da *National Broadcasting Company (NBC)*, fundada em 1926, e da *Columbia Broadcasting System (CBS)*, de 1927. Na Europa, também surgiram várias empresas de radiodifusão, entre as quais (...) a italiana *Radiotelevisione Italiana (RAI)*, em 1924; a inglesa *British Broadcasting Corporation (BBC)*, em 1927; e a francesa *Radio France Internationale (RFI)*, em 1931” (Rádio e Radiodifusão). Foi também por esta altura que surgiu o conceito de serviço público.

Este desenvolvimento foi acompanhado também pelos avanços tecnológicos que permitiram popularizar a aquisição de recetores, aumentando as audiências a que se destinava o serviço público.

O sistema de comunicação que usava ondas eletromagnéticas para se irradiar no espaço estava, oficialmente, em crescimento. Cabia ao Estado de cada nação proceder ao apoio e desenvolvimento deste importante meio de comunicação. Todavia, nem todos os países optaram por esta via. Nos Estados Unidos da América (EUA), por exemplo, o governo entregou a evolução da rádio a privados. Na Europa, o Estado Alemão resolveu não renunciar a esta tarefa. Em Portugal o governo não abriu mão do seu controle sobre a rádio. Em 1914, foram efetuadas em Portugal as primeiras emissões radiofónicas, pela

mão de Fernando Gardelho Medeiros, na altura estudante universitário. Foi o fundador da Rádio Hertz de Lisboa. Por toda a Europa foram aparecendo inúmeras rádios.

Em 1935, poucos anos antes do início da II Guerra Mundial, na maioria dos países europeus, nomeadamente, em Portugal, a rádio era oficialmente do Estado.

Foi com o aparecimento das rádios comerciais, na década de 20, que a FM (frequência modelada) ganhou mais importância pois marcou o início de uma nova fase na história da rádio. A AM (modelação em amplitude), aproveitada até então, deixa de ser utilizada. Durante o período da II Guerra Mundial surgiram novas ondas de frequências. Nos EUA, em 1942, apareceram os primeiros emissores de frequência modelada pelas mãos da *General Electric*. Com a FM, a qualidade da transmissão da rádio melhorou, embora o alcance continuasse a ser pequeno. Estava aberto o debate: continuar a utilizar a frequência AM, caracterizada pelo longo alcance dos sinais mas pela baixa qualidade ou a frequência FM, com menor alcance mas com mais qualidade.

Com o fim da II Guerra Mundial, os Estados europeus perceberam a “real” importância da rádio para a reconstrução da Europa. Os governos asseguraram os meios técnicos e necessários para o início da radiodifusão. Prova disso foi o aparecimento das primeiras estações de radiodifusão que rapidamente conseguiram obter uma grande adesão do público (CARVALHO, 2009: 17). Estava assim dado o primeiro passo para a evolução desta nova forma de comunicação.

Recuando anos atrás na história, foi com o final da I Guerra Mundial e com o nascimento do conceito de serviço público que começaram a existir algumas alterações na rádio. O serviço público representou uma mudança no posicionamento do Estado face às necessidades e bens comuns dos cidadãos. O Estado tornou-se mais ativo na vida social dos cidadãos e foi “obrigado” a mudar algumas das suas funções no exercício do poder estatal, deixando de ser tão rigoroso e austero, mas nunca abrindo mão do seu poder.

A primeira “crise” do serviço público em Portugal aconteceu no início da década de 90. Na Europa, como foi o caso da Inglaterra e da França, as primeiras perturbações de serviço público iniciaram-se nos anos 70, acentuando-se na década de 80. Com reformas estatais e administrativas em vários países, surgiram manifestações que levaram à consequente crise no serviço público. Deste facto resultou a redefinição das fronteiras entre os serviços públicos e os privados. A sociedade havia mudado. A nível económico e industrial as ocupações estavam melhores e mais desenvolvidas. Com o advento de alguns serviços prestados por entidades do Estado mas que eram geridos por privados, as coisas mudaram (SANTOS, 2013: 9). Surgiram alguns novos conceitos de serviço



público que representavam realidades bem distintas do conceito central. Este facto originou a segunda crise de serviço público instalada no final do decénio de 90. Muitos serviços ficaram a cargo de privados. O serviço público era acusado de ser muito dispendioso. Assim, o serviço público de Leon dá lugar ao SIEG: Serviços de Interesse Económico Geral (SANTOS, 2013: 10).

Com o fim da II Guerra Mundial, o serviço público era visto como um conceito incompatível com uma boa qualidade de vida. O desenvolvimento económico e social da Europa foi feito através da redefinição do liberalismo clássico, ou seja, o neoliberalismo. O serviço público foi sujeito a uma progressiva renovação.

Só na década de 90 é que o serviço público voltou a ser alvo de debate na Europa. Com a assinatura do Tratado de Maastricht, ou Tratado da União Europeia, a 7 de Fevereiro de 1992, foi reconhecida a importância dos valores do serviço público para a Europa, não só a nível político como também a nível social. Ficou esclarecido que “o serviço público tem como intenção maior a criação de valor social e cultural, através da emancipação democrática e intelectual do cidadão” (SANTOS, 2013: 11).

Foi neste contexto, após a II Guerra Mundial, que os governos perceberam a (muita) importância que a rádio poderia ter na reconstrução da Europa. Foi no final da II Guerra Mundial que as principais mudanças ocorreram.

### **1.2.1.1- Serviço Público na Rádio em Portugal: História**

Em Portugal, como já foi dito, os primeiros passos da rádio foram dados por Fernando Gardelho Medeiros, na Rádio Hertz, em Lisboa. Porém, o primeiro posto emissor (P1AA) foi inaugurado apenas em 1924, em Lisboa, por Abílio Nunes dos Santos, que utilizava uma antena instalada nos Armazéns do Chiado (VIEIRA, 2010: 30). Foi também neste ano e no seguinte que surgiram as primeiras emissões radiofónicas em Lisboa e no Porto, fruto de amadores (CARVALHO, 2009: 34). Por esta altura, as emissões ainda eram experimentais e irregulares. Em 1927, Coimbra teve o seu primeiro posto de rádio, o “CT1CZ - Rádio Coimbra”, que emitiu regularmente até 1928. Por todo o país foram aparecendo pequenos postos de emissão.

A par da Europa, Portugal foi assim dando os seus primeiros passos no mundo radiofónico. Foi em maio de 1932 que arrancou, oficialmente, a rádio em Portugal. Foi

no edifício dos correios, em Lisboa, que se iniciaram as emissões experimentais daquela que a 1 de agosto de 1935 se passaria a chamar Emissora Nacional (EN) (ALVES, 1998: 16).

Todavia, Portugal vivia, desde 1926, sob um regime ditatorial e de censura. O Estado Novo, regime ditatorial de Portugal liderado por António Oliveira Salazar, proibia a liberdade de expressão. Isto estendia-se, naturalmente, à rádio. O Estado controlava todos os órgãos de comunicação e usava-os em prol do regime. Como dizia o próprio ditador: “só existe aquilo que se sabe que existe”, ou seja, a população só sabia aquilo que o regime autorizava que soubessem.

A rádio era então, no início dos anos 30, um meio utilizado como instrumento de difusão de propaganda política e ideológica. A EN era uma espécie de parte de uma estratégia do regime que tinha como objetivo convencer os cidadãos de que tudo o que o governo fazia tinha sentido. A rádio era uma “arma de guerra” que servia para controlar a opinião pública. “As relações da rádio com o poder político centravam-se numa estratégia de manipulação da opinião pública em defesa dos valores proclamados pelo Estado Novo (CORDEIRO, 2004: 2) ”.

Assim, toda a programação e transmissão da EN era controlada. A nova emissora dava particular importância à cultura, à política, à pedagogia e à informação, sendo que esta última deveria ter um “(...) controle rigoroso e centralizado das notícias” (VIEIRA, 2010: 56), por parte do governo. Palestras, crónicas, leituras de contos...eram alguns dos programas que se podiam escutar na época inicial da EN favorável ao Estado Novo. A rádio servia para distrair as pessoas, fazendo-a esquecer, ainda que por escassos momentos, a situação em que o país se encontrava. Aliás, o entretenimento era um dos elementos que tinha, obrigatoriamente, por ordens do governo, que fazer parte da programação da EN. A radiodifusão estava reservada aos governantes e tudo aquilo que os pudesse prejudicar era imediatamente proibido (CORDEIRO, 2004: 2).

Nos anos 40, Portugal continuava a sentir os efeitos da guerra na Europa, sendo os meios ainda escassos para se poder desenvolver a rádio.

Só na década de 50 é que se iniciou uma mudança deste contexto. No caso português, a rádio continuava estatal, ao serviço do governo e não da população. Nesta época a EN investiu nas emissões internacionais. Embora continuando ao serviço do Estado, a EN expandiu a sua rede de emissões, tentando chegar a todo o país. Foi nesta fase que a frequência modelada chegou a Portugal. Finalmente poder-se-iam cobrir zonas

que até então dificilmente captavam ondas de rádio. A qualidade dos programas poderia também ser melhorada (SANTOS, 2013: 53).

Com o surgimento da televisão, em 1955, a rádio sofreu um pequeno declínio como centro de lazer familiar. Os anos 50 foram marcados, sem dúvida, pelo aparecimento da televisão em Portugal. O fator novidade venceu. O objeto novo que transmite imagem e som triunfou. Depois de um período experimental, a Radiotelevisão Portuguesa (RTP) iniciou as suas emissões regulares a 7 de março de 1957. A RTP nascia de uma costela da EN (SANTOS, 2013: 54). A rádio foi obrigada a mudar. Para além de ter apresentado novos programas que chegaram a surpreender a sociedade, o aparelho de radiofonia procurou inovar o seu discurso, tornando-se mais moderno. Neste contexto também se desenvolveram novas ideias, principalmente nas áreas da ficção e da música (CORDEIRO, 2004: 3).

Na década do princípio do fim do regime, a EN tinha uma grande tarefa: unificar o Império (SANTOS, 2013: 60). As mudanças tecnológicas e socioculturais que afetaram Portugal nessa altura contribuíram como apoio nessa tarefa. Além do início das emissões em FM, alguns estúdios de rádio foram melhorados, bem como suportes de gravação. Surgiram alguns programas que se aproximavam dos limites impostos pela censura, dando-se mais importância à informação e à cultura. No fim da década falava-se pela primeira vez em serviço público de radiodifusão.

Com a morte de Salazar, em julho de 1970, todo o país mudou. Os quarenta anos obstinados de um chefe autoritário chegavam ao fim (CORDEIRO, 2004: 3). Tornou-se possível falar e definir serviço público.

Com o país mergulhado nas normas da ditadura, foi no dia 25 de abril de 1974, entre as três e as quatro da manhã, que a “(...) Emissora Nacional foi ocupada pelo movimento de militares que iria derrubar o governo, acabando com o Estado Novo” (VIEIRA, 2010: 143). Na mesma altura a RTP e a RCP (Rádio Clube Português) também foram tomadas pelos militares. Foi nesta última estação de rádio que foi instalada a transmissão das comunicações públicas do “Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas” (MFA)<sup>1</sup>. A rádio teria assim um papel extremamente importante no golpe militar e na revolução levada a cabo. Além disso, foi através da rádio que as “músicas da

---

<sup>1</sup> Estrutura de comando militar para Portugal continental (enquadrado no Estado Maior General das Forças Armadas), criada pelo MFA no período que se seguiu à revolução de 25 de Abril de 1974. Foi extinto após o 25 de Novembro de 1975.

revolução” foram divulgadas aos ouvintes: O “E Depois do Adeus”, de Paulo Carvalho, e “Grândola Vila Morena”, de José Afonso, foram os temas que marcaram o fim do regime e o início da liberdade. Era o início da mudança em Portugal e na rádio. A EN passava de instrumento de ditadura a arma de revolução (SANTOS, 2013: 99). Foi nesta fase que se realizaram alguns trabalhos jornalísticos, programas e reportagens, que retratavam o inconformismo dos cidadãos e que marcariam a história da informação em Portugal. A rádio desempenhava assim um papel decisivo na instauração do regime democrático no país de Camões.

O período seguinte à revolução caracterizou-se pela indefinição política nos meios de comunicação social. O serviço público não tinha ainda um modelo definido e ia sendo praticado de um modo um pouco utópico. Vivia-se um período de enorme criatividade nos conteúdos e de grande atenção noticiosa.

A rádio teria a sua grande mudança após a Revolução em 1975, com a nacionalização das rádios em Portugal (exceção da Rádio Renascença). A 25 de novembro de 1975, a EN foi ocupada pelas forças do Copcon (Comando Operacional do Continente), onde se acentuou a rutura na rádio pública. A EN foi alvo de mudanças na produção da informação e na programação do serviço público, bem como na lógica de funcionamento com o poder político.

A insegurança era enorme. Em 1975, o setor da radiodifusão em Portugal foi alicerçado em dois pilares: o Estado e a Igreja (SANTOS, 2013: 107). Foi no seguimento da nacionalização de praticamente todas as estações de rádio do país que nasceu a Empresa Pública de Radiodifusão (EPR), que tinha como principal objetivo assegurar o serviço público de rádio.

Com o mesmo objetivo ergueu-se, em 1976, a RDP que substituiria, nesse ano, a EN. Nela foram incutidos princípios como a liberdade de expressão e de informação. O grande objetivo era prestar serviço público, chegar a todos os portugueses e defender e divulgar a cultura (SANTOS, 2013: 112). Nessa altura o serviço público de rádio era constituído pela Antena 1, Programa 2, RDP Internacional, centros regionais e regiões autónomas da RDP (SANTOS, 2013: 129) e Rádio Comercial (privatizada nos anos 90). Apesar de todas as dificuldades financeiras que a RDP atravessava no final da década, a estação manteve as suas linhas de força: reforçar a consciência política e cívica; consolidar a democracia; regionalizar; informar; formar e entreter, dirigindo-se a um público universal (SANTOS, 2013: 118).

Outra consequência do após 25 de abril foi o aparecimento de várias rádio piratas. Nos anos 80, como não havia uma legislação sobre a radiodifusão e ainda não era possível as entidades privadas abrirem as suas estações, as rádios livres surgiram um pouco por todo o país, com retransmissores escondidos. Estas rádios tinham formatos diferentes das rádios tradicionais, dando importância à informação local (CORDEIRO, 2004: 4).

No início dos anos 80, era claro que a rádio pública ainda não se tinha tornado uma rádio verdadeiramente independente, apesar de ter deixado de ser “a rádio do regime”. Faltava-lhe tranquilidade e independência política (SANTOS, 2013: 121/122). Este meio de comunicação estava lento e com elevados custos de financiamento. Só em 1982 é que foi usado verdadeiramente na orgânica da empresa o conceito de serviço público. Foi a partir desse ano que as emissões passaram a ter uma dimensão educativa e cultural. Procuravam responder às necessidades sociais, incutiam a diversidade, o rigor, o pluralismo e a imparcialidade e possuíam também algum entretenimento, mas de qualidade (SANTOS, 2013: 129).

Na RDP, os serviços de informação (elemento crucial do serviço público), estavam reunidos na Antena 1. O canal destinava-se a um público generalista. A estação de rádio pública foi assim ganhando, aos poucos, a atenção de mais ouvintes.

A rádio pública foi aprendendo aos poucos a viver em democracia. Os clássicos objetivos “informar, cultivar e distrair” também estavam presentes. Caminhava-se, aos poucos, no sentido da regionalização para assim se chegar a todas as pessoas. Em 1984, a RDP Internacional recuperou a tradição de “levar Portugal lá fora”, criando um espaço onde os emigrantes poderiam entrar em contacto com os seus familiares e amigos residentes em Portugal. Defendia-se a identidade nacional. Reforçavam-se laços. Valorizava-se a imagem de Portugal. Pretendia-se desenvolver emissões de proximidade.

Em 1988 as condições técnicas da RDP foram renovadas, passando esta a chamar-se RDP Internacional – Rádio Portugal. Contudo, foi nesse mesmo ano que a rádio pública enfrentou graves problemas financeiros. Este problema chegou a colocar em causa a sua missão de serviço público pois os responsáveis pela estação na altura foram “obrigados” a elaborar uma programação mais ligeira, característica que não deve estar presente no serviço público. Era necessária uma grelha de programas que originasse mais dinheiro.

Com a criação da Lei da Rádio em 1989, o panorama radiofónico mudou. Legalizaram-se algumas rádios piratas, passando estas a ser concorrentes diretas da rádio pública. Começava a “era da concorrência”. A estação pública de rádio passou a ter programas diferentes, mais concretos e com uma programação mais ligeira.

No início da década de 90, o estatuto jurídico da rádio pública foi alterado. A RDP passou a ser sociedade anónima, o que lhe permitiu maior flexibilidade na gestão. Este novo estatuto tinha como objetivo garantir que a rádio pública fosse capaz de responder aos desafios e à sua missão de serviço público (SANTOS, 2013: 176). A partir de 1994, a RDP passou a adotar uma nova estratégia. Nesse sentido, ela encerrou algumas estruturas regionais, na tentativa de diminuir custos económicos para assim conseguir fazer face aos seus novos concorrentes privados, legalizados desde 1989.

A segunda metade da década representou um novo ciclo na empresa que apostou na modernização tecnológica e na sua estabilidade financeira. Em 1999, a RDP assinou com o Estado o Contrato de Concessão do Serviço Público, no qual estava estipulado que a única fonte de rendimento da estação resultava da cobrança da taxa de radiodifusão (SANTOS, 2013: 181). A era digital, iniciada nesta década, reforçou o carácter de serviço público da estação pública de rádio, considerando-a “um bem cultural de primeira necessidade”. Em 2001, a nova Lei da rádio confirmava o estabelecimento na RDP do serviço público, salientando que, numa época que estava a ser marcada pelos constantes avanços tecnológicos digitais, a RDP tinha “(...) uma necessidade imperativa de se manter em constante atualização tecnológica” (VIEIRA, 2010: 191). A possibilidade de se realizarem emissões interativas, o aumento dos meios de transmissão e a rápida velocidade com que faziam chegar o produto final aos ouvintes, marcava, na rádio pública, a chegada da era digital. A RDP chegava ao ano 2000 “com a primeira revolução digital completa” (SANTOS, 2013: 184).

A rádio enfrentou muitos desafios e mudanças. E ainda enfrenta. Atualmente, este meio de comunicação social defronta um grande concorrente: a Internet. Assim, a rádio pública tem-se debatido com várias medidas para combater as estratégias e modelos de comunicação usados pela internet, focando-se no modo em como se pode servir dela para se tornar mais forte (CORDEIRO, 2004: 5). Todavia, a empresa pública de rádio nunca deve esquecer a sua missão perante os portugueses: prestar serviço público.

Hoje existem muitos grupos económicos que dominam o panorama nacional de radiodifusão. A atividade radiofónica passou a ser vista como mais uma oportunidade de negócio. A rádio pública tem de se diferenciar dos competidores comerciais, apresentado a prestação de um bom serviço público.

## 1.2.2- Serviço Público em Televisão: História

### Do monopólio estatal à era digital

Não se pode afirmar precisamente quem inventou a televisão. Vários foram os estudiosos que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a criação deste dispositivo. Todavia, o interesse por este aparelho remonta ao final do século XIX. Foi nesta altura que vários cientistas se reuniram e estudaram diversas hipóteses possíveis para a execução da transmissão de imagens em grande distância. Tal foi conseguido já no início do século XX, na década de 20. Pelas mãos do escocês John Logie Baird, foi possível montar os primeiros modelos de televisão. Empregando os diversos princípios apreendidos e estudados até então, o cientista escocês conseguiu contribuir para o melhoramento da tecnologia. Embora com uma fraca imagem, já era possível ver alguns reflexos no novo aparelho televisivo.

Por todo o mundo, a televisão foi dando os primeiros passos. Os primeiros aparelhos televisivos eram uma espécie de rádio com um dispositivo que consistia num tubo de néon com um disco giratório mecânico, que produzia uma imagem vermelha do tamanho de um selo postal (História da Televisão).

A primeira televisão da história surgiu em janeiro de 1928, em Nova Iorque, através do sueco Ernst F. W. Alexanderson, engenheiro da *General Electric*. Na Alemanha e em França, o primeiro serviço de televisão aconteceu em 1935. Foi na primeira que aconteceu a maior transmissão televisiva até então: a dos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936. Neste ano também seria inaugurado em Inglaterra o primeiro programa televisivo da *British Broadcasting Corporation*. Na Rússia, o televisor começou a funcionar em 1938. Alguns regimes totalitários da época, como o de Adolf Hitler, na Alemanha, chegaram a usar este aparelho como meio de propaganda do regime. O mesmo aconteceria mais tarde em Portugal. A Alemanha foi o único país do “Velho Mundo” a manter a transmissão televisiva durante o período de guerra. A França só voltou com as transmissões em outubro de 1944; a Rússia em dezembro de 1945 e a BBC em junho de 1946. A televisão passou a ser vista como um produto de viabilidade comercial. O poder da televisão aumentou principalmente com o fim da II Guerra Mundial.

O início das emissões públicas da BBC, em 1936, marcaria o surgimento do conceito de serviço público de televisão na Europa. A televisão inglesa serviu de base para os restantes países europeus. Ela era uma espécie de orientadora. E ainda hoje o é.

Para muitos países, a BBC é considerada um “exemplo perfeito” do que é prestar serviço público de televisão.

Devido aos avanços tecnológicos resultantes dos conhecimentos obtidos pela investigação destinada a satisfazer as necessidades da guerra, a televisão foi-se modernizando. Ela ganhou grande popularidade. Até esse momento, toda a imagem televisiva só era possível a preto e branco. Só em 1954 nos Estados Unidos da América (EUA), é que a televisão a cores surgiu.

Em 1962, o satélite Telstar realizou a primeira transmissão intercontinental. A partir deste momento, passou a ser possível enviar sinais televisivos dos EUA para a Europa (Sousa. R., A invenção da televisão).

### **1.2.2.1- Serviço Público em Televisão em Portugal: História**

Em Portugal, foi ainda nos anos 20 que se deram alguns passos em televisão: um grupo de radioamadores terá conseguido, na época, transmitir imagens animadas. No entanto, o surgimento da televisão teve de enfrentar alguns problemas, sendo o maior, os elevados custos deste aparelho. Desde 1926 sob o regime de ditadura, o país de Camões estava afetado (mas não como a maioria dos países europeus). Não havia dinheiro. O regime queria expandir os seus ideais. Para isso, utilizou a imprensa, a rádio e seguidamente a televisão, ou seja, apoderou-se dos meios de comunicação para propagandear o regime. Como nos diz Arons de Carvalho,

“ (...) este monopólio paternalista era absolutamente coerente com a conceção de Estado Social nascida após a segunda guerra, em que a garantia de acesso à saúde, à educação, à proteção social e à cultura se estenderia também à televisão pública, entendida como um espaço de pedagogia e de divulgação cultural” (CARVALHO, 2009: 24).

Com o fim da guerra e com “algum” desenvolvimento técnico, a televisão desenvolveu-se, mas lentamente. Ela aproveitou os profissionais e grande parte dos recursos técnicos da rádio para se emancipar mais rapidamente. E conseguiu. Porém, o monopólio estatal a que estava sujeita, não só influenciou a instituição do “recente modelo de serviço público” adotado na Europa, como também colocou um travão ao seu desenvolvimento.



Foi na década de 50 que se deu início às emissões regulares televisivas. No caso português, decidiu-se que as tarefas das estações de rádio e mais tarde de televisão, seriam desempenhadas por empresas diferentes. O capital daquela que se estabeleceria como a nova empresa de televisão pública seria maioritariamente privado, visto que a EN hesitara em “(...) estudar e a desenvolver o novo meio de comunicação (...)” (CARVALHO, 2009: 28). Assim, a nova televisão “ganhava asas”, desligada da empresa concessionária da rádio, mas dependente do poder político. Aliás, Marcelo Caetano, na altura presidente da Câmara Corporativa do governo e braço direito de Salazar, era quem traçaria os objetivos pelos quais a empresa se deveria reger: “(...) um instrumento de ação, benéfico ou maléfico, consoante o critério que presidir à sua utilização. O Governo espera que os dirigentes do novo serviço público saibam fazer desse instrumento um meio de elevação moral e cultural do povo português” (CARVALHO, 2009: 37).

Apesar do seu capital ser maioritariamente privado (visto que o governo não tinha meios económicos suficientes para investir), este novo meio de comunicação estava porém submetido aos pressupostos ideológicos do regime. Todavia, a televisão pública surge com “força”. Foi no gabinete da direção da Emissora Nacional, a 15 de Dezembro de 1955, que foi “(...) assinada a escritura de constituição da sociedade anónima de responsabilidade limitada, sob a designação de RTP - Radiotelevisão Portuguesa, SARL” (CARVALHO, 2009: 30).

Foi na Feira Popular de Lisboa, entre 4 e 30 de setembro de 1956, que a Radiotelevisão Portuguesa iniciou as suas projeções. Depois de um período experimental, a RTP iniciou as suas emissões regulares em 7 de março de 1957, a partir de um emissor provisório na serra de Monsanto. A RTP nascia de uma costela da EN (SANTOS, 2013: 54).

A RTP foi sempre considerada, falando especificamente enquanto televisão, um importante instrumento, técnico e discursivo, determinante para a longevidade da ditadura. Salazar pouco foi visto na televisão. Este meio foi utilizado mais por Marcelo Caetano. Aliás, ele foi o primeiro membro do governo a utilizar a televisão. O braço direito de Salazar chegou a definir que a televisão não poderia transmitir opiniões discordantes às do regime (tal como na rádio), bem como estratégias opostas. O então ministro e futuro Presidente do Conselho de Ministros controlou este novo *medium* e utilizou-o para enaltecer o regime. Ele cedo se apercebeu das potencialidades da televisão, daí que, desde o início das transmissões regulares, aparecesse frequentemente no pequeno ecrã, falando do país aos cidadãos.

No início da década de 60, Salazar começou a aparecer um pouco mais na televisão. Este meio desenvolveu-se. Num país até então conservador e pouco culto, iniciou-se uma revolução a nível cultural. Tal como na rádio, apareceram alguns programas que se acercavam das fronteiras impostas pela censura. A informação e a cultura passaram a ser consideradas elementos cruciais na sociedade. Começou a falar-se de serviço público de radiodifusão.

A partir dos anos 70, com a morte do chefe do regime e com a instauração da democracia em Portugal, em 1974, o controle dos meios de comunicação social diminuiu. A televisão foi um dos instrumentos que contribuiu para a queda do regime. A liberdade conseguida com a Revolução trouxe, todavia, alguns problemas. Os tempos que se seguiram à instauração da democracia foram de grande agitação social e política. A televisão teve um importante papel neste contexto: serviu de intermediário entre o governo e o povo. Foi a partir desta fase que a RTP passou a transmitir tudo o que acontecia de bom e mau no país. A estação pública de televisão passou a organizar-se melhor e a ganhar ainda mais importância para os cidadãos. Contudo, ela teve de atravessar um longo caminho para se assumir como uma televisão completamente isenta das pressões do Estado.

Foi a partir de 1980 que as horas de emissão e ofertas televisivas cresceram. Enquanto indústria em crescimento, a televisão passou a incluir nas suas grelhas de programação conteúdos produzidos em Portugal e no estrangeiro. A RTP passou a transmitir programas de acordo com o gosto dos telespetadores. Os responsáveis pela programação depararam-se com mais exigências quanto aos conteúdos e formatos emitidos, bem como às funções do serviço público. Era importante conciliar a qualidade da programação com a missão de serviço público. O cidadão tinha de gostar do que estava a ver. Este seria (e ainda é) a grande preocupação da estação pública de televisão.

Foi no início da década de 90 que Portugal assistiu ao “final oficial” do monopólio televisivo, com o início das emissões da SIC – Sociedade Independente de Comunicação, SA, a 6 de Outubro de 1992. Até então só existia um único canal, a RTP. O crescimento económico, a importância da televisão como veículo de informação e a evolução tecnológica, conduziram ao inevitável aparecimento dos canais privados (CARVALHO, 2009: 82).

A RTP procurava adaptar-se a esta nova realidade concorrencial. No entanto, a falta de verbas afetou a programação da estação pública. Era preciso, então, distinguir o papel que cada uma das empresas de televisão, pública e privada, iria ter na vida dos

portugueses. Quais as suas funções, diferenças, programas, financiamento, etc. Neste sentido, a Lei de Bases dos Meios Audio-Visuais, (DAR, II Série, 11/10/86), esclareceu: “ (...) que as atividades de radiodifusão e televisão como serviços públicos, a prosseguir pelo Estado, através de uma ou mais empresas públicas, nos moldes constantes dos respetivos estatutos, e por operadores privados, mediante concessão e licenciamento” (CARVALHO, 2009: 94).

Estava assim claro que iria existir concorrência entre os operadores, mas também uma garantia de pluralismo televisivo. Todavia, foi notável a quebra na qualidade da programação televisiva.

Em 1989 foi aprovada a nova Lei Constitucional, nº1/89. Iniciada em outubro de 1987 e concluída em julho de 1989, foi criada a Alta Autoridade para a Comunicação Social, que substituiria o Conselho de Comunicação Social. Começava assim o longo processo de aprovação do novo quadro jurídico que iria estabelecer as regras para a escolha dos novos operadores privados (CARVALHO, 2009: 99). Existia, porém, um certo ceticismo sobre a viabilidade no mercado português dos canais privados, bem como se estes teriam o mínimo de qualidade. Daniel Proença de Carvalho chegou até a afirmar que “Portugal não apresenta um mercado susceptível de rentabilizar várias estações de televisão” (CARVALHO, 2009: 103).

Contudo, os canais privados invadem as casas portuguesas. Primeiro a SIC-Sociedade Independente de Comunicação, SA, em outubro de 1992 e mais tarde a TVI-Televisão Independente, SA, em fevereiro de 1993.

Estes dois canais privados causariam, alguns problemas à RTP. No início da década de 90, Portugal dispunha quatro canais à escolha dos portugueses: RTP1, RTP2, SIC e TVI. Todos eles disputavam entre si as audiências, as receitas publicitárias, os formatos televisivos e os direitos de exibição de alguns programas nacionais e estrangeiros. Esta “competição” levou ao aumento dos custos da maior parte da programação televisiva (CARVALHO, 2009: 107). Outra agravante para a RTP foi a abolição dos proveitos que este canal tinha da cobrança da taxa de televisão, extinguida aquando o governo de Cavaco Silva na época. Este foi um facto, entre outros, que colocaria em causa a missão de serviço público que este canal estava obrigado a cumprir.

“Criada em torno de um único canal generalista, difundida por uma rede hertziana analógica e financiada por uma taxa (ou) pela publicidade, a televisão representa hoje uma realidade bem diferente (...)” (CARVALHO, 2009:115). A era digital também chegou à televisão, desenvolvendo a produção e receção de conteúdos, permitindo que se

aumentasse o espaço hertziano, ou seja, que se difundissem os suportes de receção. A partir do início do novo milénio, com o desenvolvimento da rede hertziana digital terrestre, foi possível criar novos formatos, serviços, suportes e temáticas. O público podia ver televisão no telemóvel, por exemplo, “abandonando” o aparelho tradicional, o televisor.

O contexto social também sofreu uma mudança com a evolução digital. O aparecimento de novos canais, a maioria pagos segundo uma taxa específica, abolia uma das velhas máximas da televisão: a coesão social. A crescente diversidade de oferta de canais e formatos, levou a que o tipo de consumo televisivo mudasse. Nem todas as pessoas podiam pagar pelos novos canais, o que originava uma diferenciação social “(...) entre as elites com acesso a um número elevado de canais e serviços e as vastas camadas da população, que por motivos económicos e culturais a eles não acede” (CARVALHO, 2009: 129).

O serviço público perdeu influência social. A evolução tecnológica digital, que conferiu novos meios e suportes de interação para o consumidor final, inverteu a relação “tradicional” que o consumidor tinha com o “velho” aparelho televisivo.

O consumo televisivo passou a ser individualizado. O espetador pode, atualmente, escolher o suporte e o canal que quer usar e ver. A família deixou (na maior parte), de se reunir em casa para ver televisão. O serviço público foi, aos poucos, perdendo alguma da sua legitimidade. A RTP é hoje obrigada a competir com as estações privadas, o que origina uma intensa busca por mais audiências e receitas publicitárias e um esforço acrescido para manter o seu financiamento. A empresa pública tem de marcar a diferença com a sua programação de qualidade e garantir, simultaneamente, o seu bem estar económico.

Para manter o serviço público de televisão é preciso mudar. É necessária uma “(...) adaptação ao novo contexto tecnológico, às novas formas de consumo televisivo e à internacionalização do setor” (CARVALHO, 2009: 157). O serviço público vê-se assim obrigado a provar a sua importância e existência, mediante um mercado televisivo diversificado, e a provar que é capaz de acompanhar o novo contexto digital, através de novos serviços. Para isso, era necessário estabelecer diferenças, a vários níveis, face aos operadores privados.

Neste sentido, foi assinado um protocolo entre as estações privadas de televisão e a pública, sob orientação do governo. Neste protocolo ficou estabelecido que, a partir do dia 1 de setembro de 2003, as entidades privadas comprometer-se-iam a emitir

determinados conteúdos de serviço público. Em troca, receberiam parte da taxa audiovisual. Ficou também estabelecido que a RTP reduziria o seu espaço publicitário de sete minutos e meio para seis minutos. Ou seja, em troca de uma maior fatia publicitária, face à consequente diminuição na RTP, as estações de Carnaxide e Queluz de Baixo passariam a ceder alguns dos seus conteúdos para a RTP Internacional e RTP África (A Televisão).

A estação pública de televisão viu assim reforçada a sua programação internacional por cabo. Todavia, enfrentava o problema da diminuição financeira, face aos cortes publicitários. SIC e TVI viam assim cumprida a reclamação feita ao governo que visava a diminuição da publicidade da RTP.

Na assinatura deste protocolo ficaram também estabelecidas algumas funções que as entidades privadas de televisão teriam de cumprir como emissoras de serviço público. Assim, SIC e TVI ficaram obrigadas a prestar apoio e investir na ficção nacional, na programação cultural, teriam de investir no teletexto, na língua gestual e ter algum tempo de antena reservado a minorias. Desde 1 de setembro de 2003 que SIC e TVI têm de investir anualmente 0,5% das suas receitas líquidas de publicidade na produção independente e participar, com idêntico montante, na promoção de obras financiadas pelo ICAM – Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia. As grelhas de programação destes canais também foram alvo de mudança. Desde esse dia, têm de incluir 18 horas anuais de produção de ficção portuguesa, a que são somadas duas horas por mês de programação cultural em magazines. Além disso, têm de assegurar 30 minutos por semana para as minorias religiosas, culturais e/ou éticas, entre as 6h30 min e as 9 horas da manhã. Entre as 8h e as 24 horas têm de emitir duas horas e meia por semana de programas informativos em direto com tradução em língua gestual. Devem ainda legendar, pelo menos, 5 horas por semana (nos dias úteis) de documentários e ficção, através do serviço de teletexto (Cunha, 2008. RTP, SIC e TVI não cumprem lei da televisão e contrato de concessão).

O serviço público passou deste modo a ser partilhado pelas empresas públicas e privadas. Para ter sucesso, tanto em rádio como em televisão, ele tem de acompanhar o progresso tecnológico e estar atento às mudanças socio-culturais de todo o tipo de público.

A partir de 2009, RTP, SIC e TVI, foram obrigadas a reforçar as suas emissões para os deficientes, passando a dispor a este grupo social uma hora e meia de programas com áudio-descrição. Esta medida foi imposta pela ERC – Entidade Reguladora de

Comunicação, e visa permitir um melhor acompanhamento das emissões para os deficientes (Gonçalves, 2009. RTP, SIC e TVI obrigadas a reforçar emissão para deficientes).

### **1.3 – Modelos americano e europeu**

Não se pode falar de serviço público sem mencionar os seus diferentes modelos, isto é, o modo como ele foi aplicado nas diferentes partes do mundo. Assim, é necessário retomar um pouco atrás na história.

Nos EUA e na Europa o serviço público foi aplicado de modos diferentes, apresentando características distintas.

No modelo de serviço público europeu era importante uma lógica de funcionamento independente, que não se submetesse a influências comerciais. Só assim se contemplaria um serviço público com a garantia de pluralismo, diversidade, com qualidade e que valorizasse os valores identitários do regime.

Ao contrário, o modelo de televisão e de rádio adotado pelo governo americano era qualificado como “desregulado”. Este modelo caracterizava-se por oferecer aos seus cidadãos vários programas e serviços sem restrições e sem a obrigação de cumprimento de serviço público. Nos anos 60, a programação de rádio e televisão adotada pelos americanos estava virada para critérios comerciais, com o principal objetivo de conquistar e manter audiências. Na Europa este modelo seria adotado por algumas empresas na década de 90, com o aparecimento dos canais privados.

Os modelos europeu e americano eram assim bem diferentes. Se o primeiro adotava uma estrutura de qualidade e de tentativa de aproximação do público, mesmo com a influência da censura, o segundo caracterizava-se por medidas comerciais, tendo em vista uma lógica financeira. O modelo europeu de serviço público conseguiu importantes descobertas tecnológicas, estando de mãos dadas com os meios universitários e intelectuais. O modelo americano comercial foi o grande mentor do aparecimento da radiodifusão (LOPES, 1999: 23), tendo optado por uma lógica essencialmente comercial, assente na iniciativa e competitividade entre empresas privadas.

Foi com a abertura dos canais privados, no início da década de 90, que o modelo europeu de serviço público teve mais dificuldades em captar e manter as audiências. Para este modelo “civilizado”, o mais importante eram os cidadãos e só depois os índices de

audiência. Para o modelo americano e “concorrencial”, o público era a audiência a conquistar. Neste modelo o principal objetivo é obter retorno financeiro. O facto dos operadores privados que adotam este modelo americano não receberem apoio financeiro do Estado, leva a que a procura de receitas seja maior face ao operador público, mesmo que se implique uma qualidade de programas menor. O fator económico é o mais importante. A “informação – espetáculo” está bem presente neste modelo. O objetivo é “prender” o telespectador ao ecrã, de modo a conseguir mais audiências. Este facto vai de encontro aos princípios adotados pelas televisões que prestam serviço público, onde a qualidade programativa é o mais importante, independentemente das audiências.

No caso da televisão em Portugal, o modelo concorrencial emergiu nos anos 90, através do aparecimento de novos canais comerciais, colocando a RTP perante algumas dificuldades em elaborar uma programação destinada a captar audiências. O público estava a “fugir” para os operadores privados. A primeira edição portuguesa do *reality – show Big Brother* numa operadora privada (TVI), marcou o começo de uma programação mais sensacionalista. Com este programa, a TVI deu um pulo muito grande nas suas audiências. Recorde-se que, na altura, houve uma situação em que um concorrente do *Big Brother* pontapeou outra corrente. Este momento foi de tal modo considerado importante que no dia seguinte estava no topo do alinhamento do noticiário da TVI.

Porém, a exploração da televisão seguiu uma linha denominada “civilizada”, onde se procurava articular o modelo concorrencial com os objetivos de serviço público até então existentes. No entanto, este facto não aconteceu da mesma forma por toda a Europa. Itália, França e Espanha adotaram o modelo americano, ou seja, o modelo denominado concorrencial. A Alemanha e a Grã-Bretanha optaram pelo modelo de serviço público mais “civilizado” (SENA, 2011: 21).

Recuando um pouco na história, segundo Jay Blumber, o modelo de serviço público europeu no início da década de 60, era caracterizado por uma ampla cobertura abrangente; pelo pluralismo; pela qualidade; pela vocação cultural; pela relação com a política e pelo distanciamento do mercado (BLUMBER *apud* LOPES, 1999: 26). O modelo europeu de radiodifusão apostava, numa programação ampla, diversificada e com qualidade; arriscava em satisfazer o maior número possível de cidadãos e aventurava-se em programas que falassem do quotidiano das pessoas e que despertassem novas ideias numa tentativa de aproximação. Todavia, dada a época, era um modelo que dependia do Estado. Era a entidade estatal que definia as regras (LOPES, 1999: 26-27). O serviço público

Europeu estava desprendido dos grupos económicos, nomeadamente da publicidade. Esta é uma das principais diferenças que o demarca do modelo americano.

Importante salientar e recordar que em julho de 1997, Portugal e mais países europeus assinaram um protocolo, no quadro do Tratado de Amesterdão, em que ficou reconhecida a necessidade da radiodifusão de serviço público, com o objetivo de responder aos imperativos culturais de cada sociedade. Neste protocolo, cada Estado-Membro aceitou ficar responsável por definir e organizar aquilo que se entende por serviço público.

Neste sentido, importa recordar a Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Estados-Membros, assinada em janeiro de 1999 onde se reafirmou e defendeu que o modelo de serviço público europeu se caracterizava por “(...) um amplo acesso do público, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (...)” (Jornalismo & Jornalistas, 2010: 6), bem como por oferecer uma programação e serviços de qualidade.

A partir da data de assinatura destes dois acordos, ficou estabelecido que as empresas de serviço público europeias tinham de preservar mais a vida social e cultural dos seus respetivos países e cidadãos, bem como procurar padrões de rigor e qualidade. Para tal, as grelhas de programação de rádio e televisão teriam de ser diferentes e complementares. O financiamento teria de ser feito inteiramente pelo Estado, garantindo que o serviço público não seria assim conhecido como uma mera atividade económica, mas sim como um serviço de qualidade.

Tal como na Europa, em Portugal, o modelo de serviço público honra o pluralismo, a diversidade e a qualidade. Dá também importância aos cidadãos, às fontes e aos assuntos considerados socialmente.

Em Portugal,

“ (...) é obrigação do serviço público ser uma alternativa, desenvolvendo, tanto em rádio como em televisão, uma programação pluralista, inovadora e variada; de qualidade. A informação deve ser imparcial, esclarecedora, independente; capaz de suscitar o debate, fechando portas ao sensacionalismo e à “informação espetáculo”. Deve privilegiar a produção própria e nacional, emitindo uma programação generalista, que renuncie à violência gratuita, à vulgaridade, à exploração do sexo e à manipulação informativa, tendo em conta os valores da dignidade da pessoa humana” (Cádima: 2013).



## 2- Serviço Público de Televisão em Portugal: especial atenção à RTP

“Mais do que o seu papel de distração, a televisão deve assumir um papel cultural e de educação em sentido amplo (...)”.

Dominique Wolton

Televisão é sem dúvida o principal *medium* hoje: “ (...) está em 99,7% das casas” (TORRES, 2011: 67). Meio de transmissão que permite, a partir de um centro, a emissão de todo o tipo de programas para diversos lugares. Além de influenciar o nosso dia-a-dia, leva muitas vezes as pessoas a sonhar. A televisão reflete as nossas literacias e aquilo que queremos ver retratado. Ela oferece-nos uma imagem da realidade que pode ou não ser modificada. Assim, este meio de comunicação é hoje uma “ (...) das principais fontes de construção da realidade social, mediante a difusão de diferentes modelos de comportamento, hábitos de vida, opiniões diversas e estilos de vida” (BRANDÃO, 2002: 7). Ela é partilhada por todas as classes sociais e pelos diversos grupos etários. Não se pode esquecer é que a televisão é um negócio que tem uma grande influência na opinião pública. Ela é um género de indústria cultural.

Desde o decénio de 90 que a competitividade televisiva é imensa. O aparecimento dos operadores privados (SIC e TVI) originou uma alteração nos formatos e conteúdos. A concorrência entre estes dois operadores tem colocado a estação pública num dilema: ou a RTP reforça o seu papel informativo, assistindo apenas um pequeno grupo de público, uma minoria; ou luta pelas audiências, correndo o risco de perder o seu estatuto de legitimidade. No geral, a estação pública tem optado por introduzir na sua grelha mais programas de “distração” e entretenimento, em detrimento dos culturais e pedagógicos. A RTP aproxima-se assim do modelo de televisão adotado pelos operadores privados, afastando-se da sua missão de serviço público.

Atualmente, como referiu Manuel Fonseca, antigo diretor adjunto da programação da SIC, “ (...) a televisão funciona como uma fábrica: os programas devem produzir as audiências e estas são vendidas às agências publicitárias” (*Apud* TRAQUINA, 1997: 67). Esta afirmação reforça o carácter comercial a que temos vindo a assistir em televisão. Hoje

as audiências reinam, mandam. Elas comandam e influenciam as escolhas da programação da televisão, reforçando a função de entretenimento que as televisões têm adotado. *Talk-shows*, *reality-shows*, concursos, telenovelas e magazines têm sido alguns dos formatos escolhidos pelos responsáveis da programação para o horário do designado prime time, o horário mais visto pelos portugueses. “A televisão integra-se nesse movimento geral, operando um movimento de transição da intimidade para uma exposição pública” (TRAQUINA, 1997: 97). Esta mudança acontece devido à necessidade crescente que o público português vai tendo em aparecer e querer ser protagonista de “uma outra vida que não a sua”. É uma espécie de transformação da realidade em espetáculo, de transformação do indivíduo comum em protagonista.

Neste contexto de “viragem” na programação, o Canal 1 da estação pública adotou, desde a década de 90, um vasto leque de programas estrangeiros, apostou em transmissões desportivas, em filmes, contratou “vedetas nacionais”, tudo com vista a combater a vantagem que os operadores privados estavam a conseguir. O canal 2, que iniciou emissões em 1968, constitui um complemento do primeiro, estando, no entanto, mais direcionado para programas informativos, culturais e pedagógicos, principalmente para o público mais jovem.

Todavia, a partir de 1993 (sensivelmente), a queda da RTP foi constante, mas lenta. Em 1995, a estação pública perde a liderança para a sua grande rival na altura, a SIC. “Uma informação agressiva, comédia à portuguesa, telenovelas do outro lado do Atlântico, programas de entretenimento alimentados por uma forte produção. Tudo isto fez da Sociedade Independente de Comunicação, vulgo SIC, a estação líder de audiências” (SENA, 2011: 83). A imagem renovada, jovem, moderna e inovadora do novo canal privado, contrastava com o “cinzentismo” do canal público, que assim assistiu, desde maio de 1995, à queda das audiências. “ (...) até aos anos 90, a RTP1 era a marca de “TV Popular” junto da maioria sociológica do país. A partir de 1995, o agrado maioritário transferiu-se para a SIC e a partir de 2000 para a TVI” (TORRES, 2011: 24).

Investindo fortemente desde o final da década de 90 em emissão de programas informativos, a RTP tem aliada a si, como uma espécie de imagem de marca, a qualidade da sua informação. A missão de serviço público atribuída a este canal confere-lhe esta legitimidade. A RTP passa a valorizar mais os debates políticos, as grandes entrevistas e os programas informativos. É no início do novo milénio que a estação pública consegue recuperar alguma da audiência perdida para os canais privados. A RTP vai aumentando a emissão de programas de distração, igualando a TVI em 2003 (SENA, 2011: 102).

Aumentou também a transmissão desportiva, principalmente de futebol. Todavia, as emissões culturais e pedagógicas continuam a ser escassas.

Depois de 2005, a RTP aumentou substancialmente o número de horas de emissão. “O tempo total de emissão da RTP em 1990 atingiu 6073 horas, enquanto em 2005 subiu 38,49%, isto é, atingiu 8760 horas” (SENA, 2011: 118). Este aumento do tempo de emissão foi uma clara reação à concorrência. Foi a partir desse ano que aumentou o número de horas de transmissão de programas de informação mas em contrapartida, diminuiu o tempo de emissão de programas de entretenimento. A oferta cultural também aumentou.

Dizer que a RTP é a estação de televisão da informação não é de todo mentira. A estação pública é a que mais tem emitido, em horários privilegiados, programas de informação, ao contrário das estações privadas que têm apostado em programas de entretenimento e distração. É esta imagem que a RTP ainda tem nos dias de hoje, uma imagem da “televisão da informação”.

## **2.1- Há Serviço Público nas televisões hoje?**

“Será razoável que os cidadãos continuem a suportar com os seus impostos um sistema de “serviço público de televisão” que ora fornece programas que não são considerados consensualmente de “serviço público”, ora são vistos por pequenas minorias?” (TORRES, 2011: 12).

Esta é uma das perguntas que os portugueses discutem cada vez mais e tentam encontrar uma resposta.

O mais recente contrato de concessão do Serviço Público de Televisão assinado entre o Estado e a RTP, a 25 de março de 2008, estabelece (principalmente): a redução da publicidade na RTP1 a seis minutos por hora; que o valor da contribuição para o audiovisual reverta financeiramente para a RTP; que o serviço público de televisão deva estar presente em todas as plataformas tecnológicas, apropriadas à sua difusão; que em 2009 se procederá a uma análise e eventual revisão do impacto e efeitos da televisão móvel e a televisão digital terrestre; transparência e proporcionalidade são também valores que devem estar presentes. Este contrato vai mais ao encontro das novas

realidades que se foram impondo à empresa, nomeadamente no que diz respeito à era digital.

Em televisão, a missão de serviço público é importante e cada vez mais discutida. O serviço público de televisão hoje não é o mesmo do passado. A velha máxima do “educar, informar e distrair” já não é suficiente para a programação dos canais televisivos de hoje.

A evolução da televisão ao longo das décadas aumentou a sua legitimidade perante o público, logo, reforçou a sua missão de serviço público. Contudo, com o avanço da tecnologia, os meios de comunicação criaram um “boom” de programas em quantidade, mas de qualidade questionável.

A missão de serviço público, está em Portugal, incumbida aos três canais generalistas (RTP, SIC e TVI) mas, em especial, à Rádio e Televisão de Portugal, SA, - RTP.

À RTP cabe a missão de ter uma informação o mais isenta e plural possível bem como uma grelha de programação diversificada (incluindo programas culturais, de história, documentários, desporto, cinema, programas infantis e juvenis, debates, reportagens, etc) e deve estar atenta aos gostos e interesses das minorias (não excluindo ninguém).

Um dos problemas que se debate em várias conversas sobre o serviço público é a influência do poder e do controle político. O Estado deve estipular e assegurar a missão de serviço público da empresa pública, mas não “comandar”. Ele deve definir a forma de financiamento e organizar o sistema de radiodifusão.

O aparecimento dos canais privados de televisão alterou a política financeira da empresa pública de televisão, o que provocou mudanças no seu funcionamento. “ A RTP ainda não encontrou o seu caminho de referência e de não mimetismo face às tv’s privadas” (CÁDIMA, 2006: 32). A estação pública tem de criar um padrão que a identifique e a diferencie dos outros canais, apesar de todos os seus problemas económicos. Ela tem de marcar a diferença pela qualidade dos programas, bem como pela diversidade da oferta.

É importante que o que está estipulado no Contrato de Concessão entre o Estado e a RTP seja cumprido. Só assim a RTP conseguirá ser “(...) uma verdadeira televisão de serviço público e uma referência nacional absolutamente inequívoca” (CÁDIMA, 2006: 77).

O fim do monopólio televisivo em Portugal foi um pouco tardio, tendo em conta os outros países europeus. Mesmo depois do 25 de abril de 1974, os contextos económicos e políticos nunca permitiram uma real modificação. Só no início da década de 80 é que surgiram algumas mudanças, que afetariam de forma negativa o canal de serviço público. A crescente importância da televisão como veículo de informação captou o interesse de privados, dispostos a investir. Assim, o contexto económico e político que até então impediria o aparecimento de canais privados, sofreu profundas mudanças. A evolução tecnológica e o surgimento das antenas parabólicas, permitiram o início da atividade em volta dos operadores comerciais e privados. Com tudo isto, “(...) em simultâneo com a abolição da taxa audiovisual, substituída por indemnizações compensatórias tardiamente disponibilizadas (...)” (CARVALHO, 2009: 406) ,a RTP não tinha meios financeiros para suportar os custos da evolução a que tinha de ser sujeita para acompanhar os outros operadores. Começou assim uma grave crise de financiamento na estação pública de televisão.

A concorrer com a SIC e com a TVI, no início da década de 90, a RTP, vê baixar drasticamente as suas audiências, bem como a popularidade do serviço público, que é posto em causa.

Recuando um pouco na história, pode verificar-se que a RTP , antes do 25 de abril de 1974, estava dependente economicamente do Estado. Ela servia de meio de comunicação entre o governo e o povo, embora tenha servido como instrumento da difusão da mensagem do regime. “ (...) a RTP é explícita e assumidamente um “instrumento” de uma ação política propagandística no domínio da informação televisiva, a qual, sobretudo a partir de meados dos anos 60, tem já um impacto significativo no campo do *medium* no plano nacional, quer pela cobertura da RTP, quer pela audiência atingida” (CARVALHO, 2009: 255).

Depois da Revolução dos cravos, a RTP foi, desde logo, uma ferramenta ao serviço da democracia, permanecendo, contudo, como instrumento político. O 25 de abril não provocou uma imediata e significativa mudança no modelo de governação da RTP. Continuava a influência política sobre o meio audiovisual.

A televisão, sinónimo de RTP na época, era “(...) palco de luta entre forças partidárias, em especial no que respeita à informação” (TORRES, 2011: 51).

A partir da década de 70, com a considerável melhoria das condições de vida, a televisão passou a estar presente em praticamente todos os lares das famílias portuguesas. Nesta altura, a RTP1 transmitia conteúdos mais comerciais e de entretenimento, enquanto

a RTP2 emitia programas mais próximos do público e da missão de serviço público. Até ao início da década de 90, pode dizer-se que a RTP esteve no seu auge: detinha uma enorme supremacia em relação aos outros meios de comunicação, tinha um grande número de audiências e estava bem economicamente.

Só em 1992, como forma de salvaguardar a sua independência face ao governo, é institucionalizado um Conselho de Opinião. A este conselho “(...) atribui-se a responsabilidade exclusiva pela seleção e conteúdo da programação e da informação aos diretores das respetivas áreas” (CARVALHO, 2009: 411). Estava assim dado o primeiro passo num longo caminho pela luta de (alguma) independência da RTP. Este caminho estipulava a separação entre a gestão e a programação, ou seja, as competências dos administradores estavam separadas das competências dos diretores de informação e programação. Cada um fazia o seu trabalho.

Era importante clarificar o modelo de financiamento da RTP. Todavia, nunca se gerou um verdadeiro consenso sobre este assunto, nem tão pouco sobre o modelo de governação a adotar. A RTP adotou um modelo inicial de financiamento igual ao europeu, o designado modelo misto: numa primeira fase o financiamento era fundamentalmente proveniente das receitas da taxa e da publicidade; num segundo momento, a RTP atravessaria uma crise económica devido à extinção da cobrança da taxa televisiva; num terceiro e último momento, desde 2003, a empresa pública de televisão teria o benefício do aumento dos fundos públicos e lutaria pela recuperação financeira, diminuindo os custos operacionais e de pessoal (CARVALHO, 2009: 416). Este facto acontece até aos dias de hoje.

No ano 2000, a criação de uma holding, a Portugal Global (PG) era mais uma prova da tentativa de diminuir custos na empresa pública. O principal objetivo era “(...) reestruturar as empresas, sobretudo a financeiramente problemática RTP, e gerar sinergias entre todos” (SANTOS, 2013: 199). João Carlos Silva, na altura presidente da RTP, tinha como finalidade, criando esta holding, diminuir os custos na rádio e televisão pública. Adotava-se um novo conceito: criação e aproveitamento de sinergias, ainda hoje praticado nas diversas delegações regionais espalhadas pelo país. Outra palavra de ordem seria o redimensionamento que, numa tentativa de diminuir custos, levaria ao desemprego muitos funcionários da estação pública. A rádio e a televisão sofrem várias mudanças. O novo lema era “fazer melhor com menos custos” (SANTOS, 2013: 209).

No entanto, este novo plano não foi bem acolhido pela maioria, principalmente pelos funcionários. No ano de 2003, a Portugal Global é extinta. Inicia-se uma

reestruturação e organização dos meios de comunicação públicos, dando origem à Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA. Segundo esta nova estrutura da empresa pública, a RTP não estaria mais dependente da publicidade. O Estado cobriria os custos da sua reestruturação e da fase transitória que esta iria passar. À ERC caberia a função de avaliar o cumprimento (ou não), das obrigações de serviço público. Caminhava-se em direção ao reequilíbrio na rádio e televisão pública. Em 2006, a RTP era o segundo operador público europeu com menos custos de exploração *per capita*.

Em fevereiro de 2007 é feita uma nova reformulação. A operadora pública de televisão e rádio passa a denominar-se Rádio e Televisão de Portugal, SA, procedendo à fusão da rádio e da televisão. A “nova empresa” estava habilitada para o desenvolvimento de diversas atividades, sempre dentro dos termos do serviço público (VIEIRA, 2010: 192).

A concorrência comercial entre os operadores privado e público, levou a uma quebra na qualidade da programação da televisão e diminuiu a confiança dos portugueses na estação pública. Para contrariar este facto, a RTP deve dar prioridade à qualidade e remeter para segundo plano as pressões do mercado (LOPES, 1999: 60), nunca esquecendo de acompanhar todo o tipo de público.

“A televisão pública deve salvaguardar como importante a independência política e financeira; bem como o papel de uma programação diversificada e de qualidade para servir todas as pessoas, ainda que em momentos diferentes (...) o objetivo da televisão pública não é abranger permanentemente toda a gente, mas chegar, em diferentes momentos e com diferentes géneros a todos os públicos” (LOPES, 1999: 62).

Atualmente, o serviço público de televisão está ligado a um conjunto de propósitos que servem determinados interesses materiais, interesses um pouco desligados dos cidadãos e do que deve realmente constituir serviço público. A prática de serviço público de televisão não se pode transformar em ideias feitas, como se fossem dados adquiridos. A ideologia do serviço público deve ser como “ (...) um serviço prestado à comunidade, no todo e nas partes, pelo custo estritamente necessário e sem substituir ou concorrer com serviços similares já disponíveis à mesma comunidade” (TORRES, 2011: 83). O serviço público de televisão deve tirar partido do avanço das tecnologias; das diversas

plataformas hoje presentes; da multiplicidade dos canais existentes; deve permitir a participação dos cidadãos em debates e deve galardoar a interatividade.

O serviço público deve combater o “lado negro da televisão”: a espectacularização do real; a negação da diversidade; o abuso da violência implícita e explícita; a burla de valores e princípios; a falta de notoriedade à tradição; os jogos de interesses e a falta de legitimidade que hoje se assiste em muitos conteúdos televisivos (CÁDIMA, 2006: 40). Ele só será de qualidade na estação pública quando conseguir acabar com estes dilemas (ou pelo menos com a maioria) e quando for complementar dos seus concorrentes privados. O serviço público na RTP deve marcar a diferença, completando “(...) a variedade de oferta e da programação da cultura local (...)” (CÁDIMA, 2006: 60) que os canais privados oferecem. Os responsáveis pela programação da RTP devem “estudar” o impacto que os programas que compõem os canais concorrentes têm no público, visto que, atualmente, o público deixou de ser um mero espetador para ser um participante.

Segundo Giuseppe Richeri, o serviço público de televisão:

“ (...) deve responder à diversidade das exigências do público; deve promover a inovação dos programas; criar novos canais para a interação com o público; apresentar as especificidades culturais, sociais e regionais espalhadas pelo país e prestar uma informação equilibrada, plural e autónoma” (*Apud* LOPES, 1999: 64).

A televisão pública necessita de desenvolver a sua própria identidade e personalidade para se poder afirmar enquanto divulgadora de serviço público. O seu comportamento deve ser mais rigoroso e caminhar para um serviço público de televisão sem influência publicitária. Para que tal seja possível, o governo tem de debater e esclarecer, de uma vez por todas, qual o modelo de financiamento a adotar pela RTP. Para que a estação pública de televisão cumpra a função de serviço público, ela não pode estar exclusivamente preocupada com a concorrência no mercado e com a competitividade.

A informação deve ser um dos pilares da RTP. E já o é. Uma informação de qualidade, plural, isenta, esclarecedora, independente, que promova “ (...) o exercício da liberdade de expressão, sem qualquer controlo censório político ou económico” (LOPES, 1999: 66). Precisa privilegiar a produção nacional. Tudo isto deve estar implícito na missão de serviço público da Rádio e Televisão de Portugal, SA, para que esta possa ser uma estação de referência para o público.



## 2.2- Que futuro para a televisão pública?

A RTP ainda não encontrou o seu caminho de referência como televisão de serviço público. A estação pública tem de procurar ser uma televisão de qualidade, com uma diversidade de géneros e programas, onde a publicidade e o governo não devem influenciar. Se o fizer, a seu tempo, a RTP conseguirá conquistar novamente os portugueses. E tem de o fazer. Os portugueses não esquecem que são contribuintes da estação pública, “ (...) que pagam a existência de uma televisão do Estado em Portugal” (CÁDIMA, F.R., *Televisão - light ou o Analgésico Pós - laboral*).

Assim, exigem uma televisão de qualidade, que marque a diferença face às televisões privadas.

Em Portugal, ainda não existe uma definição de serviço público enraizada. Todavia, a RTP, como televisão que deve cumprir a sua missão de serviço público, deve conter “(...) uma programação que satisfaça as necessidades informativas, culturais e recreativas dos diversos públicos, com qualidade e de forma que sirva de referência aos operadores privados” (SERRANO, E., *O espaço público e o papel do Estado na sociedade global da informação*). Como defende Arons de Carvalho, neste sentido, a programação da televisão pública deve “(...) abranger todos os géneros, desde uma peça do melhor teatro a uma sitcom mais ligeira” (CARVALHO *apud* SERRANO, E. *O espaço público e o papel do Estado na sociedade global da informação*).

Não se pode esquecer um facto: incutir qualidade numa grelha televisiva leva tempo e dá muito trabalho. Governo, gestores, programadores, diretores, realizadores, apresentadores, jornalistas... todos devem contribuir e fazer os possíveis para que o serviço público de televisão marque a diferença face aos concorrentes privados e justificar a sua existência. Todos são chamados a dar o seu contributo.

Para que a RTP consiga cumprir a sua missão de serviço público é essencial uma realidade já mencionada anteriormente: que o governo clarifique, de uma vez por todas, o modo de financiamento da estação pública. A RTP não pode estar sujeita a constantes quezílias, questionamentos e ao mesmo tempo não se pode submeter, constantemente, à competitividade com as outras operadoras de televisão.

“Manter a atual contradição do financiamento da TV pública mediante a publicidade é submete-la não só aos ataques da concorrência desleal como a uma lógica de programação que transforma cada espaço num produto que deve ser vendido ao

telespetador a qualquer preço” (LOPES, F., Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios).

Isto tem de parar de acontecer. A RTP precisa de se reestruturar, de criar e desenvolver a sua própria personalidade.

Presentemente, muitos comentadores mencionam (e com alguma razão) que a RTP não presta serviço público e que perdeu a sua legitimidade. De facto, a estação pública tem de ganhar novamente a confiança dos portugueses. Ela tem de deixar de ser semelhante aos operadores privados. O que assistimos hoje na televisão é que as estratégias adotadas pelos operadores privados e público são muito idênticas: programas quase iguais, programação semelhante, troca de apresentadores e caras da estação...isto confunde o telespetador.

### 3- Serviço Público de Rádio em Portugal

“A rádio, como a pintura, é uma arte indireta. A tela serve de intermediário entre o pintor e o público”.

Fernando Curado Ribeiro

“A rádio é um meio de comunicação extremamente rico, com uma narrativa singular e para muitos, fascinante” (CORDEIRO, 2004: 1). Ela é um veículo de comunicação que através de ondas eletromagnéticas, em diversas frequências, faz chegar a informação às pessoas.

Como já foi referido neste trabalho, as primeiras emissoras de rádio e o conceito de serviço público desenvolveram-se após a I Guerra Mundial.

Em Portugal, foi em 1932 que se assistiu ao arranque oficial da rádio. Neste ano, foram iniciadas algumas emissões experimentais no edifício dos correios, em Lisboa. Fruto destas experiências, nasceria a 1 de agosto de 1935 a então designada, na altura, EN. O programa de inauguração durou sete dias! (ALVES, 1998: 16).

Um dos “grandes” episódios da rádio aconteceu em 1938, no dia 30 de outubro. A CBS- *Columbia Broadcasting System* (uma das maiores redes de televisão e rádio dos Estados Unidos da América), na altura ainda como empresa de radiodifusão, anunciou a invasão do planeta Terra por parte de marcianos. O responsável pela encenação foi Orson Welles<sup>2</sup>. A “invasão extraterrestre” durou apenas uma hora, mas marcou definitivamente a história da rádio.

No entanto, foi no fim da II Guerra Mundial que aconteceram os maiores desenvolvimentos tecnológicos na rádio. Nesta altura, o público estava “apaixonado” por esta nova forma de comunicar. O meio de comunicação radiofónico foi “espalhando o seu poder” por todas as partes do mundo. No fim da II Guerra Mundial, a rádio era considerada um importante instrumento de propaganda do regime, bem como um agente

---

<sup>2</sup> Dramatizando o livro de ficção científica *A Guerra dos Mundos*, do escritor inglês Herbert George Wells, o programa relatou a chegada de centenas de marcianos a bordo de naves extraterrestres à cidade de Grover's Mill, no estado de Nova Jersey. Os méritos da genial adaptação, produção e direção da peça eram do então jovem e quase desconhecido ator e diretor de cinema norte-americano Orson Welles.

difusor da cultura intelectual, política e artística. Em apenas 40 anos, a rádio conquistou um lugar importante na vida da maioria dos povos. A presença dela, embora que discreta, tornou-se um hábito no dia-a-dia das pessoas. O poder e o valor da rádio eram incontestáveis (RIBEIRO, 1964: 7).

Por todo o mundo, vários foram os países que se dedicaram ao estudo e produção da rádio, após a II Guerra Mundial. A Europa, Alemanha, França, Itália e Inglaterra foram os países que mais deram impulso. Os EUA também seguiram estas pisadas europeias.

Embora atualmente a missão da maioria das rádios seja “distrair, informar e cultivar”, principalmente nas rádios que prestam serviço público, na época, a função resumia-se praticamente à distração. Comparava-se a rádio às mulheres: “A tua boca está enfeitada de seda como a das mulheres: cultiva pouco e informa mal” (RIBEIRO, 1964: 14). Todavia, já neste período, a rádio era considerada uma companhia para muitos cidadãos. Era através dela que a maioria da população ouvia música e escutava as notícias. A rádio fazia parte da vida das pessoas.

A radiodifusão era uma indústria. Como tal, estava sujeita a uma apertada organização, enfeudamentos, diretrizes e regulamentos limitadores, que determinavam as regras de trabalho (RIBEIRO, 1964: 19/20). De outro modo não poderia ser visto que pelos vários países da Europa estava instaurado o regime ditatorial. Tudo passava pelas mãos do governo.

Em muitos países, como já foi referido anteriormente neste trabalho, este aparelho radiofónico era assegurado pelo monopólio ou exploração do Estado. A rádio teve sempre um papel importante na organização e desenvolvimento nas ditaduras. Ela era uma espécie de “palavra magnética” do chefe de Estado, presente no seio das famílias e das comunidades. Adolf Hitler, líder do governo fascista alemão de 1939 a 1945, chegou a afirmar que a rádio “ (...) moveu as grandes avalanches históricas, no domínio político e religioso (...)” (RIBEIRO, 1964: 26). Assim, o estabelecimento de uma economia estável na rádio era difícil pois não era possível estabelecer um orçamento fixo.

Isto acontecia também em Portugal, onde estava em vigor o regime de censura de Salazar. O caso era semelhante e partilhado por todos os países governados por poderes fascistas: a estação emissora oficial de rádio servia o Estado do qual era propriedade e em contrapartida, as despesas apresentadas eram compensadas pelos serviços prestados, tendo sempre em conta os interesses do Estado (RIBEIRO, 1964: 21).

A rádio tinha toda a atenção que queria do Estado, mas não do modo que desejava. Os governos controlavam e tornavam muito difícil a criação de novos programas na rádio.

O profissional de rádio estava sempre sujeito à censura. Não era possível prestar serviço público.

Nos anos logo após ao término da II Guerra Mundial, as rádios europeias procuravam um equilíbrio entre a doutrina autoritária do governo e a emancipação dos seus valores culturais, com a utilidade distrativa. A maioria dos programas da época destinava-se ou ao recreio, ou à emancipação cultural e intelectual do grande público (RIBEIRO, 1964: 41). As rádios não podiam correr o risco de perder ouvintes. Eram precisos programas e géneros novos, como novas ideias, mas nunca contra o ideal do regime.

Para muitos ouvintes, a rádio constituía o único meio de ligação entre eles o mundo, principalmente para a população analfabeta. A rádio era uma companhia e acabava com a solidão de muitos. Ela tinha um importante papel sociológico (RIBEIRO, 1964: 52), colocando fim ao isolamento do Homem. Hábitos e formas de viver foram mudados com a rádio.

Desde o seu nascimento, a rádio e o Estado caminharam juntos. A rádio, como meio de comunicação, como instrumento de difusão de informação imediata, com as portas abertas a todo o tipo de público, presenteia o Estado com a possibilidade de este contactar com as pessoas, de formar, distrair e “moldar” a nação (RIBEIRO, 1964: 199). Foi essencialmente por esta razão que, nos países governados por poderes fascistas, incluindo Portugal, os responsáveis pela programação radiofónica cumpriam (quase todas) as ordens do governo.

Em Portugal, a comunicação em rádio, antes da Revolução dos Cravos, era feita num modelo de servilismo ao regime. O regime político autoritário instaurado desde 1926 fiscalizava todas as promulgações de rádio e televisão e ocultava-as em defesa da moral, da doutrina e dos costumes do poder político (CORDEIRO, 2004: 2). A rádio oficial do Estado Novo não era, de todo, uma rádio de serviço público, não era uma rádio onde estavam presentes valores como a independência, a igualdade, a fácil acessibilidade, a transparência, a qualidade de serviço, a garantia de liberdade de expressão, o pluralismo, a universalidade e uma forte responsabilidade (SANTOS, 2013: 16).

O serviço público de rádio começou a ser falado no fim da década de 60 do século XX em Portugal. Até então, como o país de Camões estava a atravessar um regime de censura e ditadura, tal era impossível. A rádio pública era vista um meio estratégico e permeável a todas as tensões políticas, bem como um instrumento ao serviço do Estado, através do qual este tentava moldar a sociedade portuguesa (VIEIRA, 2010: 205). Só

depois da morte do ditador Salazar e com o 25 de abril, que marcava o fim do regime, é que foi possível o serviço público radiofónico afirmar-se. A então EN foi utilizada, nesta conjuntura, como ferramenta para anunciar os novos tempos a um povo que renascia.

Foi com a RDP que substituiu em 1976 a até então designada EN, que o serviço público radiofónico deu os “verdadeiros” primeiros passos. Como já foi mencionado anteriormente, o principal objetivo desta emissora prestadora de serviço público era chegar a todos os portugueses, defendendo e divulgando cultura lusitana. A 10 de abril de 1976, foi aprovado o estatuto da RDP, no qual foram consagrados os direitos à liberdade de expressão de imprensa e informação (SANTOS, 2013: 111).

Apesar das dificuldades financeiras e estruturais que a RDP estava a atravessar, caracterizadas por uma redução de orçamento e emagrecimento visível de trabalhadores na empresa, foi na década de 80 que foi instituído um serviço público resistente, capaz de “proteger a identidade nacional” e minorias, procurando satisfazer a população, caracterizado por uma segmentação definida pelos departamentos de marketing (VIEIRA, 2010: 209). As emissões de rádio passaram a ter uma dimensão educativa e cultural, dando especial importância também à informação. Nos anos 80, “a missão da rádio pública era baseada numa independência face aos poderes político e económico. O objetivo era o benefício social” (SANTOS, 2013: 130).

Na entrada do novo milénio, a rádio enfrentou alguns desafios, sendo o maior deles a concorrência. O aparecimento e desenvolvimento da internet também marcou a primeira década do século XXI. A rádio pública teve de redefinir as suas estratégias de comunicação. Ela criou novos modelos e formatos, usando a internet como suporte. Era preciso fazer face à concorrência por parte dos operadores privados. Para isso a rádio pública apoiou-se na internet.

Atualmente, em Portugal, o cenário radiofónico é muito diversificado. Ele compõe-se por três elementos muito diferentes: 1- conjunto de operadores de pequenas dimensões; 2- operadores privados; 3- operador público (CORDEIRO, 2004: 5). A oferta radiofónica é enorme. Por sua vez, a concorrência é forte. Existem em Portugal, rádios de pequenas dimensões, com pessoal pouco profissionalizado e com produções fracas. Todavia, ocupam espaço na rede de emissão portuguesa. Existem também rádios particulares, reguladas e orientadas por empresas privadas, mais viradas para o sentido comercial, que oferecem vários conteúdos e formatos ao público em geral. Estas rádios normalmente apostam na informação e no entretenimento. O principal objetivo não é prestar um bom serviço aos cidadãos mas sim faturar e obter lucro. Face a tudo isto, a

rádio pública teve de encontrar meios para não perder a sua audiência. Todavia, ainda não conseguiu elaborar e encontrar formatos considerados melhores que as rádios privadas.

Hoje, as grandes empresas de rádio são parte constituinte de grandes grupos económicos que dominam o panorama e a comunicação nacional (CORDEIRO, 2004: 5). O meio radiofónico tornou-se numa espécie de negócio, uma indústria que se quer rentável.

Na RDP, produzem-se produtos diversificados. Nesta emissora, ainda perdura alguma indefinição na linha editorial a adotar. Contudo, a ideia de serviço público prevalece, sendo abrangido em toda a programação.

Na Antena 1, a rádio que é caracterizada por apresentar conteúdos generalistas ao seu coletivo, o serviço público também predomina. A aposta é feita principalmente em programas de informação, desportivos e de música portuguesa. Arrisca-se na dinamização da música e cultura lusitana. A sua programação inclui espaços dirigidos a públicos específicos, como a população rural, a terceira idade, ou mesmo as mulheres, entre outros. Desde 1981 que esta estação de rádio cobre todo o país com recurso a 17 emissores AM e 14 FM. A partir de 1987 este facto mudou, passando a emissão da Antena 1 a ser diferente em AM e FM. A AM passou a ocupar-se de programação mais generalista e a FM a privilegiar a música portuguesa (SANTOS, 2013: 139).

Verifica-se que é possível divulgar a cultura na rádio, mas, para isso, o jornalista tem de obter os conhecimentos necessários sobre o assunto. Tem de fazer um estudo prévio. Os ouvintes têm de perceber e entender o que o jornalista quer transmitir. Tudo tem de ser claro. Mesmo que o jornalista saiba que o público é apenas uma “elite” especializada sobre o assunto, ele nunca deve dar isso como garantido. Ele deve apresentar o seu trabalho de uma forma simples, de modo a que todos entendam. Nesse sentido, é importante escolher um único tema e dividi-lo, se possível, em vários excertos (RIBEIRO, 1964: 34).

Retrocedendo um pouco no tempo, desde o governo de Durão Barroso como 1º ministro, em 2002, que passou a existir uma forte vontade de reestruturar o setor audiovisual. Foi neste sentido que Nuno Morais Sarmiento, encarregado pela tutela da comunicação social nesse governo, elaborou um programa onde estava acentuada a necessidade de reestruturar e redefinir o serviço público no meio audiovisual. No caso da rádio, era preciso reorganizar a estrutura da empresa pública, de modo a ajustá-la às suas funções de serviço público. Todavia, nem todo o projeto foi cumprido (SANTOS, 2013: 200/201).

Neste ano surgiu pela primeira vez a expressão “sinergia”, ainda hoje utilizada na rádio e televisão de Portugal. O serviço público passou a estar ajustado em valores como o reforço da identidade nacional e inclusão social, bem como na procura da igualdade, gratuidade, independência e gestão rigorosa (SANTOS, 2013: 207). Estes valores já estavam estipulados mas foram reforçados.

A empresa pública de rádio sofreu uma nova reestruturação com um novo plano denominado “Novas Opções para o audiovisual” (NOA). Este plano tinha especial incidência na Antena 1 e Antena 2. Nele ficou definido que a empresa tinha de reduzir os custos relativos aos funcionários e investimento, que eram considerados elevados (SANTOS, 2013: 207/208).

Em 2007 foi criada uma única empresa para ao audiovisual público. Desde janeiro de 2008, ano em que a nova administração assumiu funções, que a RDP desapareceu, sendo apenas, desde esse ano, uma marca associada ao serviço público de rádio, principalmente de cariz regional (SANTOS, 2013: 216).

Foi a partir desse momento que se verificaram as principais mudanças na Antena 1: lógica de *breaking news*; nova grelha musical; mais importância à informação e ao entretenimento; surgimento do programa “Portugal em Direto” (SANTOS, 2013: 218).

A rádio tem vindo a desenvolver-se em Portugal, acompanhando as novas tecnologias. Hoje existem muitas rádios devido à multiplicação dos canais em FM, o que possibilitou esse aumento. Todavia, a nível de programação, as rádios são idênticas. umas dedicam-se mais à música, outras ao desporto e outras dão mais atenção à informação, mas a generalidade acaba por ter um panorama sem grandes diferenças. O que elas têm em comum é a luta pelas audiências (CORDEIRO, 2004: 7).

A radiofonia e os seus empregadores têm de conseguir estabelecer uma ligação com os ouvintes para alcançarem o sucesso. Com a Internet, esta ligação entre o jornalista e o público foi desaparecendo. A modernização trouxe consigo novas formas de poder ouvir rádio e escutar as notícias. Como consequência, a “ligação afetiva” entre os ouvintes e os profissionais de rádio foi-se deteriorando. No entanto, a rádio passou a ter mais ouvintes *online*. Perdeu ouvintes no suporte tradicional para ganhar no moderno. Porém, este meio de comunicação tem de encontrar formas de combater este facto. Caso contrário, corre o risco de perder o seu valor e estatuto. É uma fase de transição em que se passa de uma “comunicação dialógica para uma comunicação interativa (...)”, baseada em novos sistemas operacionais (CORDEIRO, 2004: 8).



Olhando para a história da rádio, pode afirmar-se que o serviço público em Portugal não nasce do nada. Ele foi influenciado por condições políticas. “Começou como operador estatal preso à manipulação ideológica e reinventou-se enquanto operador público num mercado aberto” (SANTOS, 2013: 237). Este processo foi longo mas eficaz. Hoje, a confiança e a informação são valores característicos do serviço público. Tudo isto só pode continuar possível enquanto existir uma estabilidade financeira e uma independência face ao governo (SANTOS, 2013: 238). No entanto, hoje o serviço público de rádio está restrito financeiramente.

A rádio “moderna” tem de caminhar hoje ao lado da Internet. Enquanto não conseguir reconquistar a audiência para o meio tradicional, ela tem de garantir a sua ligação com o público através da internet, através da criação de um vínculo social criado *online*. Nesse sentido, as rádios, em particular a rádio pública, tem de desenvolver conteúdos digitais, com uma permanente interatividade entre o som, a palavra e a imagem. Ela deve criar uma página na Internet em que esteja bem explícita a sua identidade, com informação de carácter institucional e organizacional, bem como informações sobre a sua programação (CORDEIRO, 2004: 9). Devem estar presentes o carácter informativo e de entretenimento.

### **4- O estágio na delegação regional de Coimbra**

O meu estágio na delegação regional da RTP decorreu de setembro a dezembro de 2012. Durante o tempo da minha formação verifiquei que a estrutura regional de Coimbra funciona de modo diferente da dos principais centros: Lisboa e Porto. Pelo que me foi possível observar, os jornalistas e repórteres funcionam em equipa. O companheirismo, a boa disposição e simpatia entre colegas de trabalho esteve sempre presente, mesmo nas horas de “aperto” de trabalho. Penso que esta delegação não fica nada atrás das suas sedes nos principais centros urbanos. Pude verificar que a qualidade e o profissionalismo são características que estão bem presentes e que são transmitidas para o público. Além disso, eu, como “intrusa”, fui muito bem recebida e acompanhada. De nada me posso queixar. Muito pelo contrário.

Durante o meu estágio, acompanhei várias equipas de reportagem a diversos locais, tanto para rádio como para televisão. Fiz possíveis textos para peças televisivas e radiofónicas nos quais fui corrigida; aprendi a editar e a produzir nos programas disponíveis na delegação; escrevi *offs*; selecionei vivos e gravei peças. Fui sempre acompanhada em todos estes processos de aprendizagem. Se os profissionais não podiam ajudar no momento, auxiliavam logo que fosse possível. Na redação apontavam os meus erros e ajudavam a encontrar soluções. Também me deram alguns conselhos.

Mas como era o meu dia-a-dia como estagiária?

Como partilhei o estágio com uma colega de curso, tínhamos de dividir o tempo durante o dia (segundo o diretor da delegação José Manuel Portugal). Assim, a minha colega ia de manhã para a delegação e eu de tarde. Isto inicialmente. Quando ambas nos apercebemos que o tempo era muito pouco e os profissionais não levantavam problema nisso, passamos a ir as duas para a delegação durante todo o dia.

Contando um pouco sobre a minha experiência e sobre o estágio propriamente dito, posso dizer que, quando eu chegava, a primeira coisa que eu fazia era ler os jornais do dia. Seguidamente, “apoderava-me” de um computador que estivesse livre e consultava o programa “ENPS”, um projeto desenvolvido pela *Associated Press* que me permitia aceder às notícias de última hora fornecidas pelas diversas agências de notícias. Este programa também permitia aceder ao alinhamento das peças dos programas de informação da RTP, nomeadamente o Telejornal, mas tal só era possível aos jornalistas e não aos estagiários.

Com a atualidade em dia, saía com uma equipa de reportagem caso fosse possível (muitas vezes saía mal chegava à redação quando combinado no dia anterior). Quando tal acontecia, acompanhava o trabalho do jornalista, intervindo e ajudando algumas vezes. No final do estágio cheguei a fazer eu as perguntas ao entrevistado, mas sempre supervisionada pelo jornalista que estava a acompanhar. Ao chegar à redação, elaborava o texto com base nas minhas notas sobre os acontecimentos, nas perguntas e nas respostas. O jornalista gravava a peça final, enviava para Lisboa ou Porto, conforme o pedido e, seguidamente, (quando havia tempo) lia o meu texto e corrigia. Depois gravava eu a minha peça. Quando havia muita urgência na peça, todo o processo era muito rápido. Quando não o era, muitas vezes o tratamento da peça era deixado para o dia seguinte. Quando não existiam reportagens para ser feitas, ia para um estúdio melhorar a minha locução e colocação da voz ou então aprendia alguns truques de edição de rádio e/ou televisão. Tudo dependia da disponibilidade dos profissionais.

Infelizmente, em muitos casos, não foi possível eu gravar algumas peças televisivas, não só devido ao excesso de trabalho existente como também devido à vida pessoal dos profissionais. Para gravar uma peça, eu estava sempre dependente da disponibilidade do editor de imagem (pelo menos). A delegação de Coimbra não tem à disposição um programa informático que permita a um estagiário gravar sozinho. Tal só está disponível em dois computadores portáteis que são usados apenas pelos editores de imagem e somente quando é necessário fazer diretos. O programa utilizado nas ilhas de montagem é analógico e só os repórteres de imagem o sabem usar. Foi por este motivo que eu realizei mais peças de rádio do que de televisão pois as primeiras eu conseguia fazer sem a ajuda de nenhum profissional.

Apesar de na maior parte das vezes, durante as saídas em reportagem, segurar apenas o tripé ou o material que era necessário, também foi possível, mais na reta final do estágio, segurar no microfone e fazer as perguntas. Foi durante estes momentos que

mais aprendi. Observei o modo como se deve abordar diferentes tipos de pessoas, bem como os jornalistas tentam (por vezes com muito trabalho) obter a resposta tão desejada e necessária para uma boa peça. Aprendi como as entrevistas devem ser preparadas; como se deve estudar bem o assunto que se vai falar antes de sair em reportagem; como se deve trabalhar com os assessores; como se deve colocar o microfone frente à pessoa tendo em conta o nível e colocação da voz; aprendi algumas técnicas e planos de imagem em televisão e como usar os gravadores da redação em rádio.

Como disse anteriormente, de nada me posso queixar acerca dos profissionais da delegação de Coimbra. Ao longo do estágio não me limitei a observar, participei e dei a minha opinião. Todavia, penso que o tempo foi pouco. Enquanto estagiária tinha muito mais aprender para ter sucesso profissionalmente. A experiência foi muito positiva mas o tempo foi escasso.

#### **4.1- Principais aprendizagens**

Ao longo do meu estágio fui elaborando um “Diário de Bordo”. Nele escrevi um resumo do meu dia-a-dia e anotei acontecimentos e aprendizagens que eu considere, na altura, importantes para a minha formação.

Tendo em conta a minha vida académica, o meu estágio revelou-se uma mais-valia. Nele aprendi elementos importantes que completaram o que já havia aprendido na faculdade. No entanto, como pude verificar, da teoria à prática vai uma grande diferença. Nem tudo o que aprendi na faculdade se pode fazer na realidade.

A primeira coisa que me ensinaram foi a prestar muita atenção ao que o entrevistado está a dizer. Na minha primeira saída em reportagem para Fátima, o jornalista Paulo Rolão ensinou-me a importância de estar sempre atento/a e de nunca mostrar insegurança no trabalho que estamos a fazer. Um jornalista tem de mostrar segurança e interesse pois só assim consegue ganhar o respeito dos outros.

No meu terceiro dia de estágio participei na gravação de um programa para a RDP Internacional, que seria transmitido de madrugada. Com o jornalista Horácio Antunes, aprendi a usar o programa de edição de rádio utilizado no centro regional, o “DaletPlus”. Durante esta gravação estive muito atenta a tudo o que o profissional fazia e dizia e memorizei algo que ele me disse: “A escrita é o melhor improvisado”. De facto, durante toda a gravação, o jornalista escrevia num papel algumas ideias para seguidamente as

partilhar com os ouvintes. Era uma maneira de nunca esquecer o que queria dizer. Todavia, isto nem sempre é possível. Foi na companhia deste profissional que tive o privilégio de participar na primeira entrevista enquanto estagiária a um jogador da Académica (sempre com a supervisão do jornalista), e de fazer a primeira saída para uma conferência de imprensa do mesmo clube.

Dediquei-me alguns dias à rádio. Aliás, só na segunda semana de estágio é que voltaria a participar em reportagens de televisão. Ouvi várias entrevistas realizadas pelos profissionais de rádio da Antena 1, li alguns textos e percebi que tinha (e tenho) muito a melhorar na colocação da voz. Foi neste sentido que Joaquim Reis, jornalista de Antena 1, a pessoa com mais cultura que eu conheci na vida, me ensinou alguns truques. Num primeiro momento, disse para eu colocar um lápis de baixo da língua e ler. Tenho um problema com o “r” e com o “s” na leitura e o que é certo é que este truque ajudou a melhorar a minha dificuldade. Depois disto, passei a ler sempre em voz alta para ver se a minha voz e o meu texto soavam bem. A dicção, a forma de dizer e pronunciar as palavras são elementos no jornalismo e na comunicação muito importantes segundo este profissional. É necessário saber exprimir verbalmente com segurança e confiança.

Durante uma conversa com esse jornalista, aprendi que as melhores fontes para uma reportagem numa aldeia são o padre, o barbeiro e o/a dono/a da taberna local. E porquê? Porque estes são os locais onde praticamente toda a gente se reúne, fala e discute ideias e o dia-a-dia. Faz todo o sentido. Foi com este profissional que aprendi muito a nível cultural e político, tendo tido algumas discussões. Porém, sei que todos os debates que tive contribuíram para a minha aprendizagem e evolução. Temos de possuir a mínima cultura geral. Foram controvérsias com resultado positivo.

Foi apenas na segunda semana de estágio que saí em reportagem e logo de seguida editei a minha peça final. Com o apoio do jornalista Manuel Alegre Portugal, fiz o meu texto e aprendi todo o processo de montagem de uma peça de televisão. Fui também à pequena régie da delegação aprender a enviar uma peça para Lisboa ou Porto. Foi nessa altura que percebi que, apesar de ser um processo fácil, é um pouco demoroso. É difícil e muito raro as coisas ficarem bem à primeira vez. São necessárias algumas tentativas. Ao construir o meu texto para a peça verifiquei que o esquema deve ser: *off- vivo-off-vivo-off*. Segundo o jornalista, o texto deve ser o mais simples possível e sem ambiguidades, de modo a que todos o possam compreender. Deve-se partir do particular para o geral e não se deve repetir em *offs* o que está nos vivos, ou seja, o que eu escrevo no meu texto

não deve estar explícito no meu entrevistado ou entrevistados. As frases devem ser curtas e diretas. Segundo o jornalista, “escrever é cortar palavras”.

Com a jornalista Carolina Ferreira e com o técnico de som Jaime Antunes saí em reportagem para uma manifestação da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), no início do mês de outubro. O plano era fazer uma reportagem para o noticiário das 16h da Antena 1 mas caso se justificasse, poder-se-ia fazer um direto. Acompanhámos toda a manifestação. Foi a minha primeira saída em reportagem na área de política. Verifiquei o quão difícil é realizar trabalhos sobre este tema. Além de muita contestação, há muita divergência de opiniões e discussão. É necessário ter rigor na atividade jornalística; é preciso ouvir todos os lados não apresentando apenas uma visão dos acontecimentos. Não é fácil.

Acompanhei esta profissional de rádio e televisão em muitos diretos e falsos diretos para o programa “Portugal em Direto” da RTP1. Foi com estes trabalhos que aprendi o quão importante são os centros regionais da RTP espalhados por todo o país. É na realização de trabalhos para o “Portugal em Direto” que está muito presente o tema da cultura, onde se divulgam as diferentes tradições da zona centro para todo o país, um importante fator de serviço público. Para este programa, muitas vezes faz-se uso do falso direto onde o jornalista e o repórter de imagem atuam como se estivessem mesmo a trabalhar ao vivo (confundindo por vezes o telespetador). Fazem-se falsos diretos para que haja possibilidade de edição até que se pretenda o efeito desejado. Os textos já estão feitos. Realizam-se contactos previamente para que se estipule com quem se vai falar. Todavia, também se fazem diretos.

Foi a acompanhar esta jornalista em reportagem que verifiquei que, na maior parte dos casos, a estrutura da peça televisiva é pensada logo no local onde o acontecimento decorreu. Os textos/ *offs* são escritos, algumas vezes, no carro no caminho de regresso à delegação. Numa saída em reportagem com a jornalista de televisão Paula Costa confirmei este facto. A profissional, além de escrever o *off* no carro, foi discutindo e partilhando ideias comigo e com o repórter de imagem. Quando o tempo é escasso, este facto acontece inúmeras vezes.

“A imagem é o principal pilar da televisão”, palavras da jornalista Paula Costa. No decorrer de uma reportagem em Fátima com esta profissional, aconteceu um percalço: não se chegou a tempo ao local devido a uma pequena confusão quanto ao sítio certo da conferência que íamos assistir. Quando chegámos, já o principal se tinha dito segundo outros jornalistas de vários órgãos de comunicação que estavam presentes. Paula Costa

assumiu o seu lapso e tentou logo dar a volta ao problema que se apresentara. Perguntou aos seus colegas de profissão o que tinha acontecido de maior interesse e o repórter de imagem que nos acompanhava, Cláudio Calhau, procedeu logo à gravação de algumas imagens do local e de tudo o que era possível. O objetivo era fazer uma reportagem e tanto a jornalista como o repórter de imagem tudo fizeram para que tal fosse viável. Com o auxílio dos outros jornalistas, o trabalho foi feito.

Desta ocorrência aprendi a real importância da imagem em televisão. A presença ou a ausência da imagem faz toda a diferença na valorização de uma peça televisiva. Se a peça tiver imagens é muito mais privilegiada, tem um valor televisivo muito mais alto; caso contrário, pode mesmo ser suprimida.

No estágio aprendi que televisão é imagem e que a mesma história pode ser narrada de maneiras diferentes. O objetivo é contar a história com base em imagens e sons recolhidos, passar para o telespetador aquilo que os profissionais viram com os próprios olhos no local.

Tanto em rádio como em televisão, o jornalista tem de ir à procura de coisas novas e não cair em facilitismos. Por exemplo, em rádio, quando se grava um som mas se pondera uma tentativa de conseguir um melhor, o profissional deve “ir à luta” e fazer de tudo para o conseguir. Em televisão, a imagem é importante mas se o repórter e/ou o jornalista conseguir um bom som, tanto melhor.

Como estagiária na delegação regional de Coimbra, também acompanhei algumas vezes o jornalista da Antena1 Pedro Ribeiro, responsável por grande parte dos relatos de futebol desta rádio. Percebi o quão difícil é falar seguido durante mais de noventa minutos. Parecendo que não, o cansaço físico é notório. Depois de terminado um relato de futebol, o jornalista confidenciou que fica esgotado. Todavia, o profissional de rádio ressalva a importância de um relato de futebol: “dia de relato de futebol na rádio é audiência praticamente garantida”.

Com este profissional também conheci realidades importantes sobre rádio. No entender deste jornalista, é preciso estudar previamente muito bem o assunto do qual se vai tratar e posteriormente relatar aos ouvintes. É indispensável ter uma “boa bagagem” sobre o assunto.

Nos diversos momentos do dia em que o público ouve rádio, de manhã antes do trabalho e no regresso a casa, quer ser distraído e ao mesmo tempo informado, segundo o jornalista. É nesse sentido que o jornalista da Antena 1 diz trabalhar. O principal objetivo é saciar os ouvintes.

Numa conversa durante o estágio com o profissional de rádio, este mencionou que “um trabalho para rádio ou para outro órgão de comunicação é muitas vezes resultado de vários dias de trabalho”. No entanto, assisti que muitas vezes, mesmo com o “trabalho de casa” feito, o imprevisto acontece. Devido à escassez de tempo, ao intenso trabalho ou ao surgimento de notícias de última hora, o jornalista de rádio confessa que improvisa muita vez. Neste sentido, percebi que na profissão de jornalista é importante treinar o imprevisto pois acontecimentos inesperados acontecem.

Numa “pequena aula” com o profissional da Antena 1 conheci algumas técnicas a utilizar em rádio, principalmente no que diz respeito à voz e à sua colocação frente ao microfone. Assim, aprendi:

- Ter uma respiração adequada à leitura do texto produzido;
- Usar técnicas para melhorar a minha pronúncia;
- Encontrar o tom de voz médio;
- Descontrair um pouco no momento da emissão;
- Escrever textos claros e simples;
- Utilizar o estilo direto;
- Evitar frases longas;
- Construir textos com uma única ideia por frase.

A voz é muito importante em rádio. Ao contrário do que acontece na televisão, os ouvintes não têm acesso a imagens que expliquem o que está a ser narrado, caso não entendam o que está a ser dito; nem podem reler como é possível na imprensa. Em rádio tudo o que é transmitido tem de ser de compreensão fácil e imediata para o ouvinte. Nesse sentido, o texto, a leitura e a voz são fatores extremamente importantes. “O repórter da rádio tem uma tarefa muito mais complicada do que o da televisão (em que a imagem também fala) e do que o da imprensa: a luta contra o silêncio” (RIBEIRO, 1964: 127/128).

Em suma, as aprendizagens que me enriqueceram durante o estágio foram muitas. Durante as aulas de licenciatura e mestrado não foi possível experimentar e conhecer muitas coisas que foram possíveis na delegação regional de Coimbra da RTP. Aprendi a colocar melhor a voz, a ler melhor, a escrever frases mais curtas, alguns truques de edição e montagem de peças num sistema analógico e a real importância da proximidade.



Uma das vantagens da rádio e televisão de Coimbra é que esta pode ser uma espécie de “fonte” de enriquecimento, não só para os cidadãos locais como para todos os portugueses; não só para a região como para o país. Ao longo da minha formação percebi que a (grande) vantagem das delegações regionais como a de Coimbra é o contacto e a relação humana que é possível com as fontes de informação. Este facto garante uma cobertura jornalística mais rápida e eficaz.

#### **4.2- Estrutura da Delegação Regional de Coimbra**

Durante a minha formação, observei que na delegação regional de Coimbra qualquer jornalista trabalha sobre qualquer assunto/área. Um profissional que trabalhe nesta estrutura está sujeito a tratar assuntos sobre política, educação, saúde, desporto, economia...enfim, todos os temas. Está também sujeito a deslocar-se a várias áreas da zona centro do país. A redação é partilhada entre os profissionais de rádio e televisão. Durante o meu estágio existiam três operadores de câmara, quatro jornalistas de televisão e quatro de rádio, sendo um deles comum para rádio e televisão (Carolina Ferreira). No primeiro mês, existiam um diretor para rádio e televisão. Álvaro Coimbra era responsável pela rádio e José Manuel Portugal pela televisão. Nos dois últimos meses, o atual diretor da RTP África e RTP Internacional, José Manuel Portugal, ficara responsável pelos dois setores, visto que Álvaro Coimbra fora transferido para Lisboa.

A delegação de Coimbra dispõe de uma pequena régie, de três ilhas de edição, dois estúdios de rádio, um dos quais está destinado à gravação de programas para a RDP Internacional, e um duplex. Neste último são efetuadas, por vezes, algumas entrevistas e diretos para os estúdios de Lisboa e/ou Porto.

#### **4.3- Importância das estruturas regionais**

“É a proximidade que permite ao jornalismo perceber os contextos que determinam os valores- notícia e, a partir daí, organizar os restantes elementos valorativos como a novidade, a atualidade, a relevância, a consonância, o desvio e a negatividade” (CAMPONEZ, 2002: 116).

A proximidade detalha ou permite entrar em mercados específicos e fideliza o público.

Ao longo do estágio percebi a importância das delegações regionais. Em várias reportagens senti que o público tem algum afeto pelos jornalistas da delegação de Coimbra. Os cidadãos sentem, por vezes, necessidade de desabafar, de partilhar e testemunhar o que sentem e o que viram relativamente aos acontecimentos e confiam nos profissionais de jornalismo para isso.

Além da proximidade geográfica, estes focos de tratamento de informação também permitem uma aproximação afetiva com o público. Nas treze estruturas da RTP espalhadas pelo país: Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Porto, Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Évora, Faro, Funchal e Ponta Delgada; os jornalistas tornam-se, nalguns casos, amigos das pessoas, conhecem a história da vida delas e, algumas dessas narrativas originam reportagens. Algumas vezes, são os próprios jornalistas que “abrem a porta” às pessoas. Estas desabafam e partilham o que sentem. Como menciona Manuel Alegre Portugal, “ há um todo que não tem fronteiras”. Há notícias e reportagens que não têm limites. Porém, esta ligação pode tornar-se arriscada se o jornalista não cumprir as suas funções, principalmente numa estrutura regional.

Atualmente existe uma proximidade entre os jornalistas dos diversos meios de comunicação com os agentes influentes locais. Esta ligação pode tornar-se perigosa, principalmente numa estrutura de cariz regional como é a delegação de Coimbra da RTP. A relação entre o jornalista e as fontes deve ser estritamente profissional. As fontes e os jornalistas têm quase sempre interesses diferentes, mesmo que as suas opiniões e posições sobre determinado assunto sejam idênticas. O jornalista deve ser isento e nunca esquecer que as fontes representam (apenas) a origem da informação. O resto do trabalho é da responsabilidade do profissional.

A RTP consegue estar mais próxima dos portugueses através das várias estruturas regionais espalhadas pelo país. De norte a sul e nas ilhas, a estação pública de televisão está presente, tentando aproximar-se do público. Aliás, este é o principal objetivo das delegações regionais da RTP: estar mais próximo dos portugueses. Segundo o jornalista Manuel Alegre Portugal, a RTP “quer dar voz a todo o país, da mais pequena aldeia à grande cidade, e esse é o papel dos centros regionais”.

Sem nunca esquecer os valores notícia, verifiquei que os jornalistas da delegação de Coimbra da RTP recolhem a informação e depois examinam a mesma. Uma das características destes “núcleos de informação” que confirmei é a polivalência das equipas

de trabalho. Um repórter de imagem tem e consegue, por vezes, fazer o trabalho do jornalista, caso seja necessário (não do mesmo modo, mas, da melhor forma possível). Ele acaba por ser um pouco jornalista: não relata a história em texto mas expõe através da imagem. O objetivo é todos estarem preparados para as diversas situações que podem aparecer, algumas das quais adversas e difíceis.

O conceito de sinergia está presente. Nas estruturas de emissão onde rádio e televisão ocupam o mesmo espaço, o carro que sai em reportagem leva o jornalista de rádio e de televisão, ou, caso seja possível, o mesmo jornalista faz a reportagem para rádio e para a televisão, simultaneamente (na delegação de Coimbra é a jornalista Carolina Ferreira que o faz). Há um esforço coordenado. Este facto contribuiu para diminuir as despesas, um dos objetivos da estação pública neste momento.

Todas as estruturas de transmissão regional fazem reportagens para todos os canais de informação da RTP. A informação é de proximidade, em permanente contacto com a realidade do momento, da vida das pessoas. Isto só é possível devido à proximidade geográfica que as delegações regionais possibilitam. “Muitas vezes, vemos as notícias longínquas que nos chegam à hora dos noticiários da noite e não sabemos do que se passou no fundo da nossa rua” (CAMPONEZ, 2002: 15). As delegações regionais contribuem para que tal não aconteça. “A proximidade privilegia os media capazes de efetuar uma difusão e distribuição de mensagens em direção a audiências contidas nos limites de uma área geográfica” (CAMPONEZ, 2002: 99).

Nos centros de emissão e produção de Lisboa e Porto, o fator proximidade já não é tão evidente. Nestes meios existem muitos crivos. As pessoas não sentem o mesmo à vontade, não sentem o mesmo carinho com que são tratados nas estruturas regionais do resto do país. Todavia, estes grandes centros não deixam de ter um cariz local:

“(…) boa parte dos meios de comunicação social cuja sede é em Lisboa ou no Porto, aqueles a que normalmente atribuímos o qualitativo de imprensa nacional, nem por isso deixam de ter um carácter eminentemente regional. Basta ver a que se reporta a maioria dos textos neles publicados, para rapidamente se constatar que é aquela em que está instalada a sede do respetivo órgão de informação” (MESQUITA *apud* CAMPONEZ, 2002: 107).

Na maioria dos noticiários, tanto de rádio como de televisão, a maior parte das notícias que os constituem são de Lisboa e/ou do Porto, o que evidencia o cariz também

regional das delegações principais da RTP. Existe uma centralização da informação proveniente destas estruturas. No entanto, esta centralização é muito provocada por a maioria dos temas que suscitam mais interesse, se encontrarem nestas cidades. Por exemplo, o governo está instalado em Lisboa, logo, a maioria das notícias sobre política são efetuadas na capital.

Sem o trabalho das delegações regionais, a função de serviço público da Rádio e Televisão de Portugal, SA, não seria a mesma. O público sente-se próximo da RTP graças a estas estruturas e as audiências deste canal resultam em grande parte destes “laços de proximidade” que são criados. Esta relação não pode acabar.

“Ao se dar uma notícia num meio de comunicação, pretende-se ir ao encontro da necessidade humano/social de saber, com objetividade, o que se passa no mundo, no país, na região ou na localidade. O tempo de um jornalista é caracterizado pela rapidez com que as notícias correm de um ponto do globo ao lado oposto. Por isso é necessária a existência de estações televisivas em regiões mais pequenas” (MESQUITA *apud* AMARAL, 1998: 123).

#### **4.4- O Portugal em Direto**

A Antena 1 tem incluído na sua programação, desde 2008, o “Portugal em Direto”, um programa que se dedica a notícias e reportagens sobre a economia e política do país, tendo um cariz regional. Tal como o programa televisivo “Portugal em Direto” transmitido na RTP1, este projeto tem como critério fundamental o fator notícia: uma iniciativa, uma (s) pessoa (s) ou um evento que se destaque pelo seu carácter inovador, surpreendente e inesperado será sempre o principal valor a ter em conta na decisão de agendar uma reportagem para este programa.

Posto isto, num projeto com as particularidades do “Portugal em Direto”, a proximidade funciona igualmente como critério de seleção, uma vez que pretende ser um programa de cariz regional, onde é retratado o país, para além da política e da economia.

Grande parte do meu estágio foi passada a pesquisar sobre diversas matérias e a trabalhar nos vivos e nos *offs* de peças para este programa. Inúmeras vezes a jornalista Carolina Ferreira, responsável pela maioria dos trabalhos realizados para este programa na delegação de Coimbra, avisava-me que ia fazer um “PD” (Portugal em Direto) e imediatamente passava-me a informação que tinha para eu fazer a minha própria pesquisa

e o meu texto. Acompanhei a profissional em praticamente todos os “PD’S” realizados durante o meu estágio, ficando com a noção de como tudo se processa. Quando chegávamos à redação, aproveitava os vivos e imagens recolhidas e fazia uma peça para o meu portefólio.

Na rádio, o “PD” é transmitido entre as 13h e as 14horas, de segunda a sexta-feira, e relata factos noticiosos de âmbito regional para todo o país. Parte do regional para o nacional. A informação local é difundida por todo o país. Com este formato a Antena 1 consegue ligar todas as regiões do país num programa nacional com informação regional. Privilegia-se a cultura e as entrevistas a personalidades das diferentes regiões do país. Até há bem pouco tempo (cerca de um ano), existia uma emissão para o Norte, outra para o Centro e outra para o Sul do país. Neste momento, há uma emissão nacional que congrega toda a informação regional.

Em televisão o “PD” é apresentado pela Dina Aguiar, sendo transmitido também de segunda a sexta-feira, entre as 18h e as 19horas. Este programa é um espaço de informação da cultura nacional.

Como menciona Carolina Ferreira, o “PD” “pretende ser uma “estória” de Coimbra (ou do centro de Portugal) para o país, para que quem vê se sinta identificado de algum modo com o que se passa numa outra cidade do país a que pertence”. O programa procura dar atenção aos assuntos e às pessoas das diferentes regiões do país mostrando o que Portugal tem de melhor. É uma espécie de complemento de informação do canal. Além disso, este formato é transmitido para todo o mundo através da RTP Internacional, permitindo uma aproximação das comunidades ao país de origem. Com este programa o público fica a saber o que se passa a nível cultural em todo o país.

Este programa televisivo tem também como objetivo suscitar o interesse dos cidadãos pelas diversas regiões do país. “Cada trabalho que preparamos para o Portugal em Direto procura uma dupla dimensão: interessar à região e ao país”, afirma Carolina Ferreira. No entanto, alguns trabalhos realizados para este formato incluem outro critério: o chamado “boneco televisivo”. Nalguns casos são seleccionados eventos/iniciativas e/ou pessoas cujas imagens sejam apelativas e coloridas, que chamem a atenção e que distraiam o telespetador. Algumas vezes esta distração também é educativa.

O calendário deste programa é definido com um mês de antecedência e distribuído pelas diferentes delegações da RTP dispersas pelo país.

#### **4.5- A importância da RDP e da RTP Internacional**

A minha passagem pela RDP Internacional foi curta, contudo, positiva. Como já referi anteriormente, nos primeiros dias de estágio estive mais presente na rádio que na televisão. Na altura que iniciei, o jornalista responsável pelo programa da manhã e da madrugada da RDP Internacional, João Costa, estava de férias. Assim, os meus primeiros passos nesta rádio foram dados com Horácio Antunes, já mencionado anteriormente.

Com o regresso do profissional João Costa, pude perceber melhor o funcionamento e importância que esta rádio tem para os cidadãos e para o serviço público. Numa conversa com o responsável pelas “manhãs de Coimbra com o João Costa”, cheguei à conclusão que a RDP Internacional é um elemento que serve de ligação aos portugueses espalhados por todo o mundo. João Costa confidenciou-me que “quem mais ouve esta rádio são os camionistas que muitas vezes usam-na para mandar cumprimentos e felicitações aos seus familiares que estão em Portugal”. Nesse sentido, depreendemos das características da rádio, elucidadas pelas palavras do jornalista, a existência de um forte laço afetivo entre os ouvintes.

Verifiquei que os programas que este profissional apresenta contam com muita música portuguesa, com conteúdos culturais e com notícias informativas do que se passa no país. Um dos objetivos é fazer com que os emigrantes saibam o que está a acontecer no seu país de origem, manter o contacto com Portugal.

Numa espécie de brincadeira durante a emissão do seu programa de manhã, João Costa colocou-me à prova. Sem eu estar à espera, o jornalista anunciou que eu estava em estúdio junto dele e passou a emissão para mim. Como é óbvio, fiquei apavorada. Porém, ao mesmo tempo que passava a emissão para mim, João Costa ria e permanecia tranquilo com a situação, começando a fazer alguns gestos que eu de início não entendi. Quando finalmente abrangí o que ele me estava a transmitir (tudo isto num espaço de pouquíssimos segundos), comecei a falar: apresentei-me e descrevi o que estava a acontecer e o que se encontrava há minha volta. João Costa ensinou-me: “Quando não sabes o que dizer, descreve o que está à tua volta”. De facto, funcionou.

Voltando à importância dos canais internacionais, além da BRDP a RTP Internacional também contribui para a aproximação dos emigrantes ao país de Camões. Programas como o “Portugal Aqui Tão Perto” beneficiam a relação dos emigrantes não só com Portugal como também com a própria estação. Segundo João Costa, “A RDP e a

RTP Internacional são canais que permitem um português sentir-se em Portugal em qualquer parte do mundo”.

Mais informação, mais programas de cultura em língua portuguesa vocacionados principalmente para os emigrantes são algumas das características deste canal. Importante referir que a RTP Internacional é a maior televisão emitida por satélite portuguesa. Está em todo o mundo.

## **5- Da experiência da prática à sua discussão: caminhos do Serviço Público na Delegação Regional da RTP - Coimbra**

Não obstante da principal função da RTP de oferecer um serviço público de qualidade ao público em geral, verifiquei que existem algumas questões que condicionam a prática deste serviço.

Da experiência do meu estágio na delegação regional da RTP de Coimbra, não posso afirmar que há serviço público. Todavia, também não estou em condições de afirmar o contrário. O que eu posso garantir, como já mencionei anteriormente, é que os profissionais de tudo fazem para conseguir prestar um bom serviço público.

Penso que, quando iniciei o meu estágio, todos aqueles que pertencem à estrutura de Coimbra, já estavam a habituar-se a questões condicionantes à prática de serviço público. Daí a razão de não conseguir afirmar a cem por cento se há ou não serviço público na RTP, se existe serviço público na delegação regional de Coimbra.

Mas quais essas condicionantes?

Agrupando, penso que existem fatores externos e internos que originam algumas derrapagens no serviço público da RTP. Porém, os fatores externos condicionam os internos. Este ponto vai ser explicado de seguida.

A conclusão final que retiro é que não há uma existência plena de serviço público na RTP, tendo por base a minha experiência na delegação regional de Coimbra.

### **5.1- Fatores externos: a conjuntura económico-financeira e o serviço público**

Um dos elementos que prejudica o serviço público na RTP é, sem dúvida, a conjuntura económico-financeira atual do país. Como já foi indicado anteriormente, o governo não estabeleceu ainda medidas concretas que levem à estabilidade financeira desta estação. Os partidos políticos ainda não chegaram a um consenso sobre o financiamento do serviço público. O efeito tipo “bola de pingue-pongue” entre as



administrações que têm passado pela RTP e o governo é um problema que tem de ser resolvido.

De facto, o canal público tem enfrentado várias incertezas quanto ao seu orçamento segundo algumas notícias. Chegou até a ser colocada em cima da mesa a hipótese de encerrar a RTP2, o segundo canal da estação pública de televisão. À Rádio e Televisão Pública SA, foi proposto um plano de sustentabilidade económica e financeira onde estava patenteada a supressão da RTP2 bem como instituído que o exercício de serviço público passava a ser cumprido apenas num único canal, a RTP1. Foi com a entrada, no início de 2013, do novo presidente do conselho de administração, Alberto da Ponte, que este plano foi revisto, originando o cancelamento da tentativa de encerramento da RTP2 (pelo menos até agora). Uma nova reestruturação foi elaborada e está a ser aplicada presentemente. As palavras “privatização da RTP” foram até há bem pouco tempo as mais escutadas.

No entanto, a situação que se vive na RTP continua a ser de grande instabilidade. A RTP tem de “viver com menos”, fazer o mesmo trabalho com um défice de recursos. A atual crise alarga a incidência e os interesses de entidades privadas. Este facto preocupa, naturalmente, todos aqueles que trabalham nesta casa.

Como já referi, o conceito de sinergia está presente na estrutura de Coimbra. Isto permite poupar alguns recursos, mas está longe de ser uma solução.

Desde 1990, com a liberalização da atividade televisiva em Portugal, com o surgimento dos operadores privados, a situação financeira da RTP tem vindo a agravar-se. A concorrência passou a ser desenfreada. A fonte principal de rendimento (a publicidade) diminuiu significativamente. A RTP vê-se atualmente confrontada com operadores privados que adotam uma lógica editorial muito diferente da de serviço público. Ela é assim obrigada a mudar a sua grelha de programação, afastando-se do ideal de serviço público.

O que questioneei durante o estágio era se a conseqüente falta de verbas estava a diminuir e a dificultar o exercício do serviço público na delegação regional de Coimbra. Aliás, esta discussão serviu de base para a escolha deste tema de relatório de estágio.

Segundo o atual primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, numa declaração feita aos órgãos de comunicação social na Feira Agrícola de Santarém de 2013:

“A reestruturação da RTP tem de ser feita de modo a que em 2014 não seja transferido nem mais um euro para a televisão pública. Ela tem de ajustar o seu financiamento com a taxa do audiovisual”.

A crise económica levou a que a RTP passasse a produzir com recursos técnicos mais baratos e simples. A produção é cada vez mais internalizada.

Observei que, apesar de todas estas fragilidades, os profissionais da estrutura de Coimbra continuaram a fazer o seu trabalho com a mesma qualidade. Têm muito mais em conta a questão da sinergia. Todavia, segundo Manuel Alegre Portugal, “esta situação pode piorar. A RTP tem de encontrar soluções rápidas para travar a descida de audiências”.

O clima é de indefinição na RTP. E o pior é que esse facto está a passar para o público que assim se vai afastando aos poucos. Este facto origina uma quebra nas audiências e, conseqüentemente, um agravamento da situação económica em que a estação se encontra. “Na mente dos portugueses, a RTP é uma empresa condenada a prazo e tem de haver uma dinâmica não de liderança, mas de identidade” (*Apud* TAVARES, 2012: 18).

Serão as delegações regionais afetadas por esta crise? Durante o meu estágio não verifiquei nenhuma mudança substancial. Aliás, se por ventura resolverem encerrar as delegações regionais espalhadas pelo país, não será o serviço público afetado? As estruturas regionais reforçam a coesão social, geram poupança em termos produtivos (na pluralidade nos noticiários para além de Lisboa e Porto), e nas deslocações devido à proximidade com as fontes. Se a RTP consegue chegar a (praticamente) todos os cidadãos é em grande parte devido à existência e ao trabalho que é efetuado nas delegações.

A qualidade informativa é a linha de força desta estação. E deve continuar a ser. Todavia, numa tentativa de conseguir mais audiências, Felisbela Lopes defende que alguns formatos do género concursos “devem estar na grelha de serviço público”. Neste sentido, cabe ao programador a responsabilidade de “ (...) saber conciliar uma grelha alternativa e atrair públicos” (*Apud* LOPES, 2012: 19).

Numa entrevista dada à “Notícias TV”, em 2012, António Borge, presidente da Associação de Produtores Independentes de Televisão (APIT), afirmou:

“ (...) vai ser necessário um grande esforço para recuperar a posição da RTP e quando digo isto não estou a falar de audiências, mas do papel de serviço público. É preciso uma nova visão estratégica para os conteúdos exibidos” (*Apud* BORGA, 2012: 21).

“ A independência é o coração da atividade do serviço público (...) ” (SANTOS, 2013: 15), logo, para que o exercício do serviço público seja pleno, ele não deve sujeitar-se e deixar-se afetar por influências políticas, governamentais, económicas e sociais.

## **5.2- Fatores internos: mudanças estruturais**

A crise económica originou algumas mudanças a nível estrutural na RTP de Coimbra. Pode-se dizer que, os fatores externos à empresa originaram o aparecimento de condicionamentos internos à prática de serviço público.

Uma dessas condicionantes internas que me foi relatada durante o meu estágio, foi o facto do “PD” já não ser emitido a partir da estrutura de Coimbra. Manuel Portugal confidenciou-me que, num espaço existente na delegação regional de Coimbra, o tal duplex, realizavam-se alguns “PD’S” em direto. Atualmente, esse espaço é utilizado para fazer algumas entrevistas em direto para o/os noticiários da RTP. Todavia, muito poucas vezes. Ou seja, a falta de verbas levou à centralização da produção de programas. Tudo é produzido em Lisboa e /ou no Porto o que permite uma diminuição de custos.

O “PD” para a rádio que antes tinha uma emissão para a zona centro, outra para o norte e outra para o sul do país, também deixou de existir. Outra evidência da centralização.

Estes dois exemplos colocam em causa um dos elementos cruciais do serviço público: a questão da proximidade. O público sentia-se (e sente-se) mais próximo da RTP devido à existência das estruturas regionais e aos diversos trabalhos que nelas são elaborados. Ora, se o trabalho passa a ser centralizado em prol das grandes cidades, o serviço público da RTP pode ser colocado em questão.

Este facto vai ao encontro de outro objeto de discussão que verifiquei na minha formação na RTP: as notícias são na maior parte das vezes produzidas tendo em conta a perspetiva nacional e muito pouco a regional.

Como já citei anteriormente, os jornalistas da delegação regional de Coimbra procuram alguma informação na imprensa local. De seguida, pedem autorização para fazer uma reportagem, caso encontrem um tema suscetível de interesse. No entanto, são muito poucas as reportagens de cariz regional que são emitidas nos noticiários da RTP, tanto em rádio como em televisão. Verifiquei que, na maior parte das vezes, é a direção da delegação de Lisboa e/ou Porto quem manda nos trabalhos a realizar. Essas grandes estruturas têm em vista a perspetiva nacional e não tanto a local. Assim sendo, aquela

“notícia de que o Centro de Saúde da Adémia vai fechar”, apontamento de interesse aos cidadãos da Adémia, não é exibida. No meu estágio, presenciei que, a notícia de que Kate e William iriam ser pais foi mais importante, segundo a direção de Lisboa, que uma peça de teatro que evidenciava a história de Portugal a estrear numa pequena cidade do distrito de Viseu.

Muitas vezes as peças feitas não são exibidas. Mas, nalguns casos, a própria chefia não permite a realização de uma peça, numa perspetiva de poupança de recursos e meios. Fatores externos à empresa originam fatores que a condicionam internamente. O nacional tem sempre mais importância que o regional. Poucos são os trabalhos feitos tendo em conta o interesse local.

Outro facto que me foi relatado: há poucos anos (cerca de três), existia para a rádio, na delegação de Coimbra, cerca de oito profissionais. Quando eu iniciei o meu estágio, existiam cinco. Quando eu terminei, apenas quatro. Este facto não coloca em causa o serviço público?

Nas estruturas regionais, pude apurar que, para a televisão, os jornalistas devem ser poucos. Se uma equipa de Coimbra tem de se deslocar a Viseu para fazer uma reportagem quando nessa cidade existe uma delegação da RTP, algo está errado. Isto aconteceu durante o meu estágio. Segundo o que me foi indicado, os jornalistas de Viseu estavam todos ocupados com trabalho. Penso que este facto evidencia que existe uma falta de profissionais para conseguir chegar a todo o lado. Isto põe em causa a missão de serviço público da RTP.

Se os profissionais são menos, como é possível chegar aos vários locais onde há notícia? A questão da proximidade não é posta em causa? Independentemente dos motivos de saída dos profissionais no caso da rádio em Coimbra (principalmente através de rescisões amigáveis), não seria necessário contratar outros jornalistas? Se existia trabalho para os oito, é evidente que existe agora muito mais para os quatro! E na situação de Viseu? Se os jornalistas das delegações mais próximas também estiverem ocupados? Como se faz? Ou melhor... não se o trabalho? Não se vai ao encontro da notícia?

A RTP, enquanto estação de serviço público, não pode nunca esquecer que a cultura e a tradição, presentes na maior parte das vezes em aldeias ou pequenos aglomerados, são alguns dos elementos essenciais da essência do serviço público.

“O serviço público deve ser um fórum que dá voz à diversidade de opiniões e ideias. Deve dar importância a valores como o equilíbrio, diversidade, qualidade, (...) deve prestar atenção às obrigações culturais” (TRAQUINA, 1997: 71).

Tendo em conta a minha experiência na estrutura regional de Coimbra, é neste sentido que penso que existem algumas derrapagens no serviço público prestado pela RTP. Os fatores externos às normas da empresa, neste caso, a crise económico-financeira, não pode afetar o trabalho dos profissionais nem condicionar princípios de serviço público. O regional tem de ter importância, não só em programas como o “Portugal em Direto”, mas também nos noticiários da estação, imagem de marca e de qualidade da RTP.

O serviço público da RTP não pode perder valores considerados essenciais. Uma informação rigorosa, com qualidade, isenta, plural; o confronto de diferentes opiniões e ideias; a atenção à cultura e a grupos minoritários... tudo isto são aspetos importantes na função de serviço público, já mencionados neste relatório. Neste sentido, a questão da proximidade é extremamente importante pois possibilita uma aproximação com o público, com os grupos minoritários, o contacto com as diferentes culturas e valores. A informação torna-se, assim, mais diversificada e enriquecedora. O papel das delegações regionais é assim essencial.

Apesar de todos estes fatores negativos, existe um que, na minha perspetiva, é muito positivo: o facto do programa da manhã da RDP Internacional ser transmitido para todo o mundo a partir de Coimbra, a partir de uma estrutura regional que não é Lisboa nem Porto.

Ao contrário do “PD”, este programa não desapareceu de Coimbra. Aliás, além do programa em direto, é gravado durante a tarde, na mesma delegação, o programa para a madrugada. Sendo conteúdos que permitem uma aproximação entre os emigrantes e o país natal, penso que é uma mais-valia para Coimbra, que espero que não seja centralizada.

O motivo pelo qual estes programas ainda são emitidos a partir de Coimbra, eu não sei. Porque existem tantos formatos que deixaram de ser emitidos em Coimbra e este continua? Não dá despesa também? Será por falta de espaço em Lisboa e /ou Porto? Ou por falta de profissionais para o fazer? Sinceramente, não sei a razão oficial, mas penso que o grande motivo vai no sentido de rentabilizar um locutor, um jornalista e descentralizar um pouco todas as emissões de Lisboa e/ou Porto, transmitindo a partir de Coimbra.

### 5.3- Condutas e novos desafios na rádio e na televisão pública

A chegada do novo milénio mostrou novos desafios para a comunicação social. No caso da rádio, ao serviço público assegurado pela Antena 1, Antena 2, Antena 3, Antena 1 Madeira, Antena 1 Açores, Antena 3 Madeira, foram colocados novos desafios.

O advento da internet originou a criação da web rádio pública. Redefiniram-se novas estratégias de comunicação e criaram-se novos modelos de apresentação. O novo suporte permitiu uma comunicação interativa, revelando-se um veículo excelente de desenvolvimento da rádio. A internet permite, atualmente, escutar rádio através das emissões *online*. O formato de programação dos anos 80 cedeu lugar a um novo, mais dinâmico, que vai ao encontro de vários públicos cada vez mais definidos.

No que diz respeito à Antena 1 - Coimbra, o principal denominador continua a ser a informação, principalmente notícias da zona centro. Sendo uma grande organização com pequenas estruturas que lhe estão vinculadas, a Antena 1 ainda tem um problema quanto à sua linha editorial. Não está bem definida. Porém, é certo que a vertente cultural, musical e informativa está presente e permite o exercício de serviço público. Isso pode verificar-se no programa da RDP Internacional, apresentado pelo locutor de Coimbra João Costa, por exemplo.

A Antena 1 assumiu desde 2008 o lema: “A rádio que liga Portugal”, passando a apostar ainda mais na música portuguesa e no estabelecimento de vínculos com o público, estando cada vez mais atenta àquilo que o público deseja ouvir. Em Coimbra, a informação é local e de proximidade, constituindo uma das marcas da estação.

Vários são os formatos aplicados pela Antena 1 que evidenciam a existência de serviço público na estação. O Serviço Nacional de Trânsito é um deles. Através do número 800 21 01 01, os cidadãos podem saber se há acidentes nas estradas das principais cidades do país. Aliás, quando acontece um acidente, este é logo focado. O público pode também utilizar este número para avisar de algum acidente ou informação de trânsito. Este formato permite ao público em geral saber informação sobre o trânsito e assim planear o trajeto e o dia.

Como já foi mencionado, o desporto é um dos grandes pilares desta rádio. A Antena 1 é a única rádio que dá todos os relatos de futebol da 1ª e 2ª divisão ao fim de semana. Ao fim de semana, especialmente ao domingo, o profissional Pedro Ribeiro é quem faz o relato desta modalidade de praticamente toda a zona centro do país. Tive o

privilégio de o acompanhar em alguns destes trabalhos. Além do futebol, a Antena 1 presta também atenção a outras modalidades como o voleibol, o hóquei em patins, o andebol, entre outras.

Um programa onde o serviço público é evidente na Antena 1 é a “Antena Aberta”. Neste formato, de segunda a sexta-feira, entre as 11h e as 12horas, há um tema que é lançado e seguidamente dá-se início a um espaço aberto onde os ouvintes podem manifestar a sua opinião e discutir sobre o assunto. Na maior parte das vezes, o tema escolhido é da atualidade.

O “Portugal em Direto” é outro programa onde o serviço público está presente, já descrito anteriormente.

Há que referir que a Antena 1 tem uma especial atenção pela informação que transmite. Um exemplo deste facto é o acompanhamento que os jornalistas fazem em relação ao poder, normalmente mais próximo em relação a outras rádios. Como rádio de serviço público, a Antena 1 quer ser a primeira a informar o público sobre a atualidade e assuntos relevantes.

No que diz respeito à televisão, recentemente, no dia 17 de julho, o Presidente da República, Cavaco Silva, esteve nas Ilhas Selvagens, no arquipélago da Madeira. A RTP fez história pois foi a primeira vez que fez um direto no local mais a sul do território português. Há meses que equipas técnicas andavam a instalar os materiais e meios necessários para que tal fosse possível. É um exemplo de um dos objetivos da RTP: fazer chegar a informação a todos os cidadãos.

A estrutura de regional de Coimbra também faz o seu trabalho com vista a alcançar todo o tipo de público, transmitindo toda a informação possível com qualidade. Num seminário realizado no passado mês de dezembro na Universidade de Coimbra intitulado “O valor da comunicação e a(s) marca(s) da informação”, Ricardo Alexandre, jornalista da Antena 1, afirmou que “O bom jornalismo é o que retrata a vida”. Ora os profissionais da delegação de Coimbra tudo fazem para retratar as vivências das pessoas e conhecer as suas histórias. Pode-se então afirmar, segundo as palavras de Ricardo Alexandre, que na delegação de Coimbra pratica-se bom jornalismo.

No entanto, acompanhando durante alguns dias (cerca de uma semana) a programação e os trabalhos informativos realizados pela estação, verifiquei que os principais temas tratados pela RTP são a economia, a política e o futebol. Segundo Carlos Daniel, jornalista desta casa, “A televisão é um meio de comunicação de massas, logo

tem de dar mais importância a estes três temas”<sup>3</sup>. Estes são os assuntos que o público mais mostra interesse em ver. A nível nacional, “(...) a RTP pratica um jornalismo essencial para a democracia” acrescenta o jornalista.

E a nível regional?

O trabalho efetuado pelos profissionais das pequenas estruturas regionais, embora semelhante, tem algumas diferenças face aos centros de Lisboa e Porto. Nas delegações regionais como a de Coimbra, como já foi referido anteriormente, o contacto com o público é mais evidente, devido à proximidade geográfica que estas estruturas permitem.

A RTP, através do desdobramento de estruturas por todo o país, permite apresentar diariamente ao público programas de índole regional, projetos que abrangem as diferentes realidades regionais que caracterizam todo o território nacional. Ou seja, através do trabalho que é realizado pelos profissionais nas diversas delegações regionais, consegue saber-se a realidade e a informação a nível nacional. Pode dizer-se que a existência e o trabalho das delegações regionais da RTP enquandram-me plenamente na sua função principal de serviço público pois permite assistir melhor os telespetadores.

No caso da estrutura onde estagiei, percebi que o trabalho é feito de modo a chegar a todo o tipo de público. Na delegação de Coimbra os profissionais possuem uma “boa carteira de contactos”, o que lhes facilita muito na tarefa de chegar à informação primeiro que outros profissionais. Existe um esforço para informar com rigor e qualidade. Depois de ver a realidade dos factos, o mais importante é selecionado e tratado. Porém, os jornalistas desta delegação estão um pouco condicionados por ideologias algo conservadoras. Nem todas as pessoas querem falar para a televisão. Assisti a um caso em que o sujeito se recusou mesmo a falar.

Observei que os jornalistas têm muito cuidado no tratamento da informação devido a este facto. Eles não querem perder a confiança das pessoas, das suas fontes. Contudo, esta circunstância congestiona um pouco o trabalho dos jornalistas, pois impede o exercício totalmente eficaz da sua profissão. O que concluo do estágio referente a este ponto é que a notícia final é resultado da relação que o(s) jornalista(s) tem/têm com as várias fontes.

---

<sup>3</sup> In Seminário Jornalismo e Comunicação- “O valor da comunicação e a (s) marca (s) da informação” - 5 e 6 de dezembro de 2012 na Universidade de Coimbra



Na delegação de Coimbra, os câmaras tudo fazem para conseguir a melhor imagem possível. Muitos planos são feitos na tentativa de ter o melhor ângulo possível da pessoa, local, evento ou produto em questão. O sensacionalismo é evitado, embora tenha notado que estes profissionais utilizam bastante planos de pormenor na busca de captar a atenção e “prender” o telespetador ao ecrã.

Como já citei antes, os jornalistas da delegação de Coimbra também vão buscar à imprensa informações importantes sobre a região. Um hábito que adquiri durante o meu estágio foi ler todos os jornais nacionais e procurar notícias que pudessem ser motivo de reportagem televisiva, possíveis acontecimentos que a população local gostasse de ver retratada na televisão. Caso o jornalista considere que há algo que pode tornar-se importante para o meio televisivo, ele procede à ligação com Lisboa para obter (ou não) autorização para fazer uma reportagem sobre o assunto.

A RTP de Coimbra faz muitos trabalhos para os diferentes programas da grelha da estação. A maior parte deles é transmitido no programa “Bom dia Portugal”, no “Portugal em Direto”, como já foi dito, ou no noticiário da tarde e da noite.

No primeiro, transmitido entre as 6h30 e as 10horas da manhã, de segunda a sexta feira, existem espaços específicos dedicados às notícias internacionais e nacionais. Para isso há uma grande equipa envolvida, onde se insere os profissionais da delegação de Coimbra. No meu último dia de estágio, por exemplo, existia possibilidade de cheias em vários locais do país. Fui com uma equipa de reportagem para a Figueira da Foz. O objetivo era, caso se justificasse, fazer imediatamente uma reportagem para este programa, afim de mostrar ao telespetador o que estava a acontecer no momento num local da zona centro do país.

Para o “PD”, como já foi referido, a estrutura regional de Coimbra também faz muitos trabalhos tentando prestar atenção aos assuntos e às pessoas das diferentes regiões do país.

No que diz respeito aos noticiários diários, Jornal da Tarde e Telejornal, emitidos de segunda a sexta- feira, às 13h e às 20horas respetivamente (salvo raras exceções/compromissos televisivos), a RTP pretende mostrar nestes formatos o que de mais relevante se passou o país e no mundo. Neste sentido, o trabalho das estruturas regionais, nomeadamente a de Coimbra, é muito importante. Durante o meu estágio acompanhei algumas vezes equipas de reportagem em *stress* para conseguir montar uma peça a tempo do Telejornal. A delegação de Coimbra abrange (em televisão) uma área muito grande que vai desde Estarreja à Serra da Estrela, de Óbidos a Peniche. Muitas

vezes a peça é montada no local onde os dados foram recolhidos. No entanto, não presenciei a nenhum desses casos.

O principal objetivo destes formatos é estar sempre atualizado e permitir que os cidadãos também estejam. Assim, a atualização das notícias que marcam a atualidade nacional e mundial é permanente. São tratados diversos assuntos desde a política, o desporto, a sociedade e a economia, entre outros. Nesse sentido, são realizadas várias reportagens, diretos e entrevistas (onde a delegação de Coimbra participa), sempre com a máxima qualidade, verdade e isenção possível, marca de toda a estação.

Acrescentar que a RTP de Coimbra transmite em direto alguns jogos do clube da cidade, Académica, quando tal é pedido. Dá também importância à educação, nomeadamente à Universidade de Coimbra (UC), tendo realizado, durante o meu estágio, várias reportagens para o “PD” ou para os noticiários e um direto.

Embora estes sejam os programas para que a RTP de Coimbra mais contribuiu, outros formatos fazem parte da grelha e da missão de serviço público da estação. Assim, o “Direito de antena”, “ Portugueses pelo mundo”, “Nós”, a Eucarística Dominical e programas ligados a África (Fórum África, África 7 Dias. Músicas de África), são alguns dos formatos que compõem a grelha programativa da RTP. Estes programas vão ao encontro da função de serviço público da RTP pois permitem uma proximidade entre os portugueses espalhados pelo país e pelo mundo.

Tal como na rádio, a televisão tem um espaço reservado a entidades intervenientes. No “Direito de Antena” divulgam-se campanhas políticas, de associações e algumas de solidariedade. Este espaço não tem uma hora nem dia definido para ser emitido.

No programa “Portugueses pelo Mundo” pretende-se dar a conhecer a realidade de alguns emigrantes portugueses que escolheram outro país para fazer as suas vidas. Durante vinte e cinco episódios, dispersos na grelha da RTP, conhecem-se outras cidades de forma lúdica. Os emigrantes são os principais atores e assim a “história” torna-se mais humana e intensa. Através de vários documentários, são conhecidos diferentes estilos de vida, culturas e hábitos de várias cidades do mundo.

Ao contrário do programa anterior, o “Nós”, retrata o porquê de pessoas terem escolhido Portugal como país de acolhimento. Este formato retrata as histórias de quem procurou o país de Camões em busca de melhores condições de vida. Transmitido aos fins-de-semana, este programa tem a parceria do ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural e é produzido pela Companhia de Ideias.

Ao fim de semana também compõe a grelha da RTP a Eucarística Dominical e os programas ligados a África. São formatos que pretendem chegar a todo o tipo de público, respeitando os valores, culturas e religiões de cada um. Nos programas com referência a África o principal objetivo é retratar temas da atualidade africana.

A RTP tenta assim, com menos dinheiro e menos recursos, fazer face à concorrência dos canais privados e cumprir a sua função de serviço público. No que diz respeito à delegação regional de Coimbra, posso concluir que os profissionais fazem de tudo para que o público compreenda os acontecimentos e esteja atualizado, sempre respeitando o trabalho dos outros. Sempre que lhes é autorizado, eles dão voz (com qualidade) às populações mais distantes, mostrando as suas culturas e tradições. Mostram diferentes opiniões que são tidas sempre em conta; respeitam as fontes; elaboram as suas peças com rigor e qualidade e isentas da influência do poder; agem de acordo com os princípios de serviço público.

Todavia, a crise económica, como já foi mencionado, condiciona todos estes elementos. Não existe uma real existência de serviço público na RTP, visto que pelo menos uma das delegações, a de Coimbra, está, em parte, condicionada. Existem uma série de questões (já mencionadas) que apresentam algumas derrapagens no serviço público.

O objetivo central da RTP é prestar serviço público, mas existem algumas condicionantes que violam o objetivo primordial desta estação, nomeadamente a crise económico-financeira.

## *Conclusão*

Existe ou não serviço público na RTP? Há serviço público na delegação regional de Coimbra?

A incerteza abate-se no nosso país quando estas questões são levantadas.

O jornalismo praticado na RTP foi desde sempre condicionado por normas estatais. Nascido em Portugal por iniciativa de um governo ditatorial, o serviço público da RTP foi manipulado tendo em vista os interesses do governo. Nem com a queda do Estado Novo tal facto mudou. O clima era de tal modo instável a nível económico e político aquando a revolução, que a questão do serviço público nunca foi verdadeiramente discutida.

A concessão de licenças aos operadores privados, SIC e TVI, agravou ainda mais o exercício de serviço público na RTP. “Com a liberalização da atividade televisiva em Portugal, a nova era da televisão passou a ser marcada pela concorrência desenfreada e pelas audiências entre os operadores” (TRAQUINA, 1997: 59). Evidente que este facto também afetou, conseqüentemente, a rádio pública. A falta, nos fins da década de 80, de uma regulamentação clara e objetiva quanto àquele que seria o verdadeiro papel de serviço público da RTP, originou uma crise.

As sistemáticas comparações realizadas entre os operadores privados e o canal público causaram problemas à RTP. Esta última seria acusada de ser muito dispendiosa e pouco ativa face aos seus concorrentes (SANTOS, 2013: 12). Assim, no início do decénio de 90, estava instalada uma nova crise no serviço público. Em 1992, o principal objetivo da RTP era “ (...) “esmagar” os privados (...) ”, uma imposição feita pelo governo (TRAQUINA, 1997: 59/60).

“A aproximação do setor público e privado pode ser hoje vista como a boia salva-vidas do serviço público (...)?” (SANTOS, 2013: 13). Penso que poderá ser uma ajuda. Afinal, além da RTP, outras empresas prestam serviço público. E se a RTP tem dificuldades económicas que originam outros problemas, porque não o serviço público também ser praticado por privados? Porque não é a missão repartida? É certo que, de início, esta função estava incumbida somente à RTP. Mas se esta se revela ineficaz no exercício pleno de serviço público, porque não ter auxílio? Afinal, o principal objetivo não é servir os cidadãos?

São apenas algumas interrogações e suposições, visto que, na atualidade, o conceito de serviço público ainda não encontrou uma harmonia entre o poder governativo, os mercados e os próprios cidadãos. “Cabe ao poder político e à sociedade civil estabelecer o que se entende por serviço público e por interesse público e indicar claramente que “trabalhar para as audiências” é uma filosofia, essa sim, comprovadamente negativa” (TORRES, 2001: 99-100). Este é um tema de cidadania. Hoje o público apenas quer pagar aquilo que quer ver, nada mais. Neste sentido, “o importante em termos de serviço público, não é haver muitos canais e muitas horas de programação, mas horas de boa programação, bons conteúdos” (TORRES, 2011: 91). A alternativa pode passar também pela alteração da composição da programação (TRAQUINA, 1997: 62-63).

Todavia, a RTP, enquanto operadora pública, deve salvaguardar a importância do serviço público, na defesa de alguns “valores vulneráveis”, nomeadamente: “ (...) a qualidade e diversidade de programas, defesa da identidade cultural, bem-estar das crianças, independência perante influências, obrigações de comunicação cívica. A televisão e rádio pública têm a responsabilidade de cuidar das necessidades culturais e indígenas da sociedade” (TRAQUINA, 1997: 69).

Tendo em conta todos estes fatores, qual será o futuro da RTP?

Durante o meu relatório, abordei direta e indiretamente este ponto. Cingir-me-ei agora às suas principais conclusões.

As principais medidas que têm de ser efetuadas pela administração da RTP vão ao encontro de parar a “hemorragia financeira” em que a mesma se encontra atualmente (TRAQUINA, 1997: 132). É necessária uma nova, eficaz e equilibrada gestão na estratégia a adotar, para que o serviço público não seja afetado. Foi devido à falta de dinheiro que muitos programas foram suprimidos, que a alguns funcionários foi apresentado pedidos de rescisão amigável, que profissionais não são contratados e substituídos. Isto levou a um enfraquecimento da programação da RTP e à consequente quebra das audiências. Com tudo isto, é óbvio que as empresas deixam de se interessar por fazer publicidade nesta estação, que desde 2003 está muito mais restrita. O dinheiro a entrar nos cofres da RTP é cada vez mais reduzido.

Atualmente, um novo plano está em marcha. Nele devem estar incutidos, se possível, “ (...) uma nova realidade tecnológica, social, cultural e de audiência (...) que indiquem que (...) o conceito de serviço público deve evoluir para o serviço público de

conteúdos” (TORRES, 2011: 104), isto é, elaborar conteúdos mais rentáveis, com menos custos, mas que acompanhem a evolução tecnológica e que sejam de agrado dos cidadãos.

O serviço público só é verdadeiro quando consegue “chamar para junto de si todos os cidadãos.”

É necessário esperar para ver e conseguir responder com clareza, qual será o futuro da rádio e televisão pública de Portugal.

Voltando um pouco ao meu estágio, tendo por base a minha formação na estrutura regional de Coimbra, não posso afirmar a real existência de serviço público na RTP. Porém, como já referi, também não consigo dizer que não há. O meu estágio deu-me a percepção de que a RTP diferencia-se dos outros canais privados na medida em que os últimos preocupam-se, sobretudo, com as audiências, tendo uma grelha programativa muito mais sensacionalista. Embora a RTP opte atualmente por programas de índole mais ligeira e de entretenimento, observei que a qualidade na informação ainda se mantém, continuando a ser uma imagem de marca da RTP.

A estrutura de Coimbra é prova disso. Valorizando o jornalismo regional e aquilo que ele proporciona, os jornalistas da RTP de Coimbra não atuam tendo em vista o lucro ou as audiências. Eles querem fazer o seu trabalho com qualidade, independentemente das consequências. Procuram chegar ao maior número possível de acontecimentos, tratando sempre as fontes com respeito, ouvindo diversas opiniões. Contactos e relações são estabelecidas. Este facto só é possível devido à existência das delegações regionais.

O jornalismo regional combate, em certa medida, a centralização do mundo noticioso. Percebi, durante o meu estágio, que o jornalismo regional é uma espécie de “comando de televisão”, em que podemos escolher ver o que realmente nos interessa. Neste caso, o jornalismo regional é o canal que dá voz a quem, circundado pela centralização e globalização, não a teria de outra forma. Foi uma das grandes lições que tirei deste estágio.

Se a atual conjuntura de crise económica do país continuar a afetar o trabalho realizado nestas estruturas, isto pode mudar. O serviço público, como já referi, pode ser posto em causa.

Não posso deixar de referir que a minha discussão está um pouco limitada, no sentido em que me restrinjo, apenas, ao que observei na delegação de Coimbra. Certamente que nas estruturas do Porto e Lisboa, a situação é diferente. O ritmo de

trabalho é com certeza maior. A experiência seria outra e muito mais teria a relatar, certamente.

No entanto, penso que estagiar num meio mais pequeno e com menos *stress* foi uma mais-valia para mim. Possibilitou-me mais tempo e calma para aprender e prestar atenção a tudo. Permitiu-me aplicar algumas das teorias aprendidas na licenciatura e no mestrado e confrontá-las com a realidade. Na verdade, penso que não vivi (de todo) aquele ritmo desgastante que relatam que é a televisão e a rádio. Se o tivesse experimentado, talvez as minhas ilações fossem outras. Salvo duas ou três exceções, nunca acompanhei nenhum caso em que fosse preciso voltar a correr para a redação e fazer a peça em poucos minutos. O ambiente era, na maior parte das vezes, calmo. Embora com muito trabalho.

## ***Bibliografia***

### **Obras citadas e consultadas:**

BOURDIEU, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta Editora.

BRANDÃO, N.G. (2002). *O Espetáculo das Notícias – a televisão generalista e a abertura dos telejornais*. Lisboa: Editorial Notícias.

CÁDIMA, F.R. (2006). *A Televisão rumo ao Digital*. Porto: Coleção Media XXI (Rés XXI/FORMALPRESS).

CAMPONEZ, C. (2002). *Jornalismo de Proximidade – Rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Edições Minerva.

CARVALHO, A. A. (2002). *Valerá a pena desmenti-los?* Coimbra: Edições Minerva.

CARVALHO, A. A. (2009). *A RTP e o Serviço Público de Televisão*. Coimbra: Edições Almedina, SA.

CORREIA, F. (2006). *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

CURRAN, J., J, SEATON. (1997). *Imprensa, Rádio e Televisão – Poder sem responsabilidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

DUARTE, F. B. (2005). *Informação de Proximidade – Jornais e Rádios*. Lisboa: Âncora Editora.

FERNANDES, J. M. (2011). *Liberdade e Informação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

JESPERS, J. J. (1998). *Jornalismo Televisivo – Princípios e Métodos*. Coimbra: Edições Minerva.

LOPES, F. (1999). *O Telejornal e o Serviço Público*. Coimbra: Edições Minerva.

MESQUITA, M. (2006). *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: Edições Minerva.



- QUEIRÓS, J. S. (2011). *20 Anos ao Serviço das Rádios Locais – 1991- 2011 – Contributos para a História*. Lisboa: ARIC (Associação das Rádios de Inspiração Cristã).
- RIBEIRO, C.F (1964). *Rádio: produção, realização, estética*. Arcádia
- SENA, N. M. (2011). *A Televisão por dentro e por fora*. Coimbra: Edições Minerva.
- TORRES, E. C. (2011). *A Televisão e o Serviço Público*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- TRAQUINA, N. (1997). *BIG SHOW MEDIA – Viagem pelo Mundo do audiovisual português*. Lisboa: Editorial Notícias.
- TRAQUINA, N. (2000). *O Poder do Jornalismo – Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Edições Minerva.
- TRAQUINA, N. (2007). *O que é o Jornalismo?* Lisboa: Quimera Editores.
- VIEIRA, J. M., D. SILVA., N, DOMINGOS., MOREIRA, P.R. 2010. *A Nossa Telefonia – 75 anos de Rádio Pública em Portugal*. Lisboa: Tinta-da-China.
- WOLTON, D. (1994). *Elogio do Grande Público- Uma Teoria Crítica da Televisão*. Porto: Edições ASA.

#### **Tese Consultada:**

SANTOS, S. (2013). *Serviço Público de Radiodifusão em Portugal: do controlo ideológico ao fim da representatividade social (Da rádio estatal ao modelo integrado: compreender o serviço público de radiodifusão em Portugal)*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

#### **Artigos Consultados:**

BORGES,G. (s/d) “Televisão e cidadania: a participação da sociedade civil na 2: portuguesa”. BOOC<sup>4</sup>. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/borges-gabriela-televisao-e-cidadania.pdf>.

---

<sup>4</sup> Idem

CÁDIMA, F.R. (s/d) “Televisão-light ou o Analgésico Pós-laboral”.BOOC<sup>5</sup>. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cadima-ruitelevisao-light-analgésico-pos-laboral.pdf>.

CORDEIRO,P. (s/d). “A Rádio em Portugal: um pouco de história e perspetivas de evolução”. BOOC<sup>6</sup>. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php?html2=cordeiro-paula-radio-portugal.html>.

LOPES,F. 1999. “Serviço Público de Televisão: a crise, a identidade e os desafios”. BOOC<sup>7</sup>. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lopes-felisbela-servico-publico-tv-crise-1999.pdf>.

SERRANO,E. (s/d). “O espaço público e o papel do Estado na sociedade global da informação”. BOOC<sup>8</sup>. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-espaco-publico-estado.pdf>.

### **Sites Internet:**

(s/d) “1938: Pânico após transmissão de "Guerra dos mundos". [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.dw.de/1938-p%C3%A2nico-ap%C3%B3s-transmiss%C3%A3o-de-guerra-dos-mundos/a-956037>.

(s/d) “2012. Em defesa do serviço público de rádio e de televisão”. [online]. [Acedido em 11 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.emdefesadoservicopublicoderadioedetelevisao.pt/index.php?page=MANIFESTO>.

CÁDIMA, F.R. 2008. “A Comunicação Social em Portugal no Século XX - Fragmentos para a História de um Servidor de dois Amos”. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://irrealtv.blogspot.pt/2004/06/comunicacao-social-em-portugal-no-sculo.html>.

---

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação

<sup>8</sup> Idem

CÁDIMA, F.R. (s/d). “Televisão, serviço público e qualidade”. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/16175722/Televisao-servico-publico-e-qualidade>.

CARRÊZEDO, M. M. C. (s/d). “2009. Serviço Público: da Noção à Francesa aos Rumos Atuais no Direito Brasileiro e no Direito Europeu”. [online]. [Acedido em 02 de agosto de 2013]. Disponível em: <http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/mayara-meneguello-cizilio-carrazedo.pdf>.

D.R. 2013. “ERT grega e RTP portuguesa. O que une e separa estas duas TV públicas.” [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.dinheirovivo.pt/Buzz/Artigo/CIECO173198.html>.

JAKUBOWICZ, K. (s/d). “Capítulo 1 – Serviço público de televisão na Europa: o princípio do fim ou um novo começo no século XXI?” [online]. [Acedido em 18 de maio de 2013]. Disponível em: <http://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1868/1/cap01.pdf>.

MENDES, J.V. 2006. “Modelos de Televisão: Pública vs. Privada”. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://mourinhocultural.blogspot.pt/2006/11/modelos-de-televisao-pblica-vs-privada.html>.

(s/d). “Rádio e Radiodifusão”. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.dpi.ufv.br/funcao/altino/radiodifusao.htm>.

ROSSETI, D. 2012. “A crise do serviço público e a concepção de Léon Duguit: uma visão finalística”. [online]. [Acedido em 18 de maio de 2013]. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/22834/a-crise-do-servico-publico-e-a-concepcao-de-leon-duguit-uma-visao-finalistica/3>.

RTP com Lusa, 2013. “Governo encerra televisão e rádio pública grega”. [online]. [Acedido em 17 de maio de 2013]. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=658461&tm=7&layout=121&visual=49>.

TORRES, E.C. (s/d). “Uma Solução para o Serviço Público de TV”. [online]. [Acedido em 11 de maio de 2013]. Disponível em: <http://static.publico.pt/tvzine/critica.asp?id=1138>.

VANCONCELOS, A.P. 2013. “7766”. [online]. [Acedido em 11 de maio de 2013].  
Disponível em: <http://www.emdefesadoservicopublicoderadioedetelevisao.pt/>.

**Outros documentos:**

Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão – 25 de Março de 2008  
(disponibilizado pela própria instituição RTP).